

I

Springs Global Participações S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

BDO RCS Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Springs Global Participações S.A.
Montes Claros - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Springs Global Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Springs Global Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e as suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Componentes relevantes na Rubrica
“Investimentos nas demonstrações contábeis
individuais e no processo de consolidação das
demonstrações contábeis”

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB, cuja controlada e coligada significativa e relevante neste processo, são auditadas por outros auditores independentes, vide Nota Explicativa nº 8.

Entendemos que no processo de avaliação desses investimentos, dada a sua relevância na composição dos saldos, transações e divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é um principal assunto de auditoria.

Adicionalmente, o processo de consolidação possui complexidades em face dos negócios diversificados, moedas funcionais diferentes e eliminações de saldos entre partes relacionadas.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram comunicação com os auditores dos componentes com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos.

Emitimos instruções de auditoria e revisamos a documentação de auditoria apropriada e suficiente que fundamentou a opinião dos outros auditores independentes dos componentes significativos, bem como discutimos os resultados alcançados.

Em relação aos principais assuntos de auditoria identificados, discutimos com os auditores dos componentes significativos e avaliamos seus impactos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

No que tange ao processo de consolidação, examinamos se os saldos e informações utilizadas estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis das investidas, e se estão de acordo com as práticas contábeis.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes na contabilização dos investimentos e no processo de consolidação efetuados pela Administração da Companhia, de forma que os valores e informações divulgados nas demonstrações contábeis estão adequados.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, individual e consolidada, estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.



Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 MG 009485/F-O

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - MG

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

| | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|---------------------|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| CIRCULANTE: | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 117 | 332 | 199.765 | 168.793 |
| Títulos e valores mobiliários | 4 | - | - | 19.219 | 16.311 |
| Duplicatas a receber | 5 | - | - | 448.935 | 509.086 |
| Arrendamentos financeiros a receber | 11 | - | - | 17.618 | 16.230 |
| Estoques | 6.a | - | - | 517.713 | 403.669 |
| Adiantamentos a fornecedores | 6.b | - | - | 40.094 | 11.575 |
| Impostos a recuperar | 18.c | - | 16 | 76.609 | 64.992 |
| Valores retidos | | - | - | - | 20.787 |
| Outros créditos a receber | | 968 | 964 | 28.300 | 29.017 |
| Ativos mantidos para venda | 28 | - | - | 132.855 | 123.718 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total do ativo circulante | | 1.085 | 1.312 | 1.481.108 | 1.364.178 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| NÃO CIRCULANTE: | | | | | |
| Realizável a longo prazo: | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 4 | 1.737 | 1.671 | 7.618 | 1.671 |
| Valores a receber – clientes | 7 | - | - | 16.343 | 25.171 |
| Partes relacionadas | 22 | - | - | 123.499 | 70.341 |
| Adiantamentos a fornecedores | 6.b | - | - | 25.201 | 42.054 |
| Arrendamentos financeiros a receber | 11 | - | - | 97.049 | 96.659 |
| Impostos a recuperar | 18.c | - | 144 | 29.086 | 101.943 |
| Impostos diferidos | 18.b | 1.905 | 1.905 | 20.023 | 18.773 |
| Imobilizado disponível para venda | 10.b | - | - | 15.541 | 16.725 |
| Depósitos judiciais | 19 | - | - | 8.448 | 10.691 |
| Outros | | - | - | 55.931 | 74.335 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | | 3.642 | 3.720 | 398.739 | 458.363 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Investimentos em controladas | 8.a | 1.035.134 | 1.146.045 | - | - |
| Propriedades para investimento | 9 | - | - | 459.890 | 405.046 |
| Imobilizado | 10.a | - | - | 578.621 | 635.413 |
| Direitos de uso | 11 | - | - | 183.709 | 204.641 |
| Intangível | 12 | - | - | 94.125 | 97.139 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total do ativo não circulante | | 1.038.776 | 1.149.765 | 1.715.084 | 1.800.602 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total dos ativos | | 1.039.861 | 1.151.077 | 3.196.192 | 3.164.780 |
| | | ===== | ===== | ===== | ===== |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| PASSIVOS | | | | | |
| CIRCULANTE: | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | 15.681 | 19.387 | 772.280 | 522.536 |
| Debêntures | 14 | - | - | 158.596 | 91.085 |
| Fornecedores | 15 | 10 | 22 | 258.920 | 206.097 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 99 | 78 | 88.271 | 94.524 |
| Impostos e taxas | | 61 | 69 | 29.776 | 38.104 |
| Concessões governamentais | 16 | - | - | 41.148 | 27.658 |
| Arrendamentos a pagar | 17 | - | - | 65.356 | 64.447 |
| Outras contas a pagar | | - | - | 131.571 | 50.634 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total do passivo circulante | | 15.851 | 19.556 | 1.545.918 | 1.095.085 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| NÃO CIRCULANTE: | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | 13.915 | 18.685 | 75.037 | 355.577 |
| Arrendamentos a pagar | 17 | - | - | 260.380 | 281.307 |
| Partes relacionadas | 22 | 19.654 | 7.088 | 764 | - |
| Concessões governamentais | 16 | - | - | 54.436 | 53.210 |
| Provisões diversas | 19 | - | - | 13.776 | 13.386 |
| Planos de aposentadoria e benefícios | 20 | - | - | 129.437 | 131.703 |
| Impostos diferidos | 18.b | - | - | 86.941 | 85.042 |
| Outras obrigações | | - | - | 39.062 | 43.722 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total do passivo não circulante | | 33.569 | 25.773 | 659.833 | 963.947 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO: | | | | | |
| | 21 | | | | |
| Capital realizado | | 1.860.265 | 1.860.265 | 1.860.265 | 1.860.265 |
| Reserva de capital | | 79.381 | 79.381 | 79.381 | 79.381 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | 126.234 | 113.814 | 126.234 | 113.814 |
| Ajustes acumulados de conversão | | (159.814) | (185.663) | (159.814) | (185.663) |
| Prejuízos acumulados | | (915.625) | (762.049) | (915.625) | (762.049) |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total do patrimônio líquido | | 990.441 | 1.105.748 | 990.441 | 1.105.748 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total dos passivos e do patrimônio líquido | | 1.039.861 | 1.151.077 | 3.196.192 | 3.164.780 |
| | | ===== | ===== | ===== | ===== |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

| | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|--------------|-----------|-------------|-------------|
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 26 | - | - | 1.720.723 | 1.535.079 |
| CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS | 25 | - | - | (1.109.802) | (1.028.826) |
| LUCRO BRUTO | | - | - | 610.921 | 506.253 |
| RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS: | | | | | |
| De vendas | 25 | - | - | (368.098) | (335.448) |
| Gerais e administrativas | 25 | (960) | (982) | (122.571) | (113.915) |
| Honorários da administração | 22 e 25 | (1.084) | (913) | (15.093) | (12.585) |
| Equivalência patrimonial - controladas | 8.a | (149.180) | (247.606) | - | - |
| Outras, líquidas | | - | - | 6.027 | 4.818 |
| RESULTADO OPERACIONAL | | (151.224) | (249.501) | 111.186 | 49.123 |
| Despesas financeiras – juros e encargos | | (3.296) | (3.293) | (169.073) | (123.954) |
| Despesas financeiras – juros sobre arrendamentos | 17 | - | - | (13.555) | (13.898) |
| Despesas bancárias, impostos, descontos e outros | | (418) | (1.189) | (108.923) | (88.205) |
| Receitas financeiras | | 93 | 31 | 29.641 | 24.854 |
| Variações cambiais líquidas | | 1.269 | - | (3.717) | (29.582) |
| RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS | | (153.576) | (253.952) | (154.441) | (181.662) |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social: | | | | | |
| Corrente | 18.a | - | - | (322) | (622) |
| Diferido | 18.a | - | - | 1.187 | (71.668) |
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS | | (153.576) | (253.952) | (153.576) | (253.952) |
| Equivalência patrimonial proveniente das operações descontinuadas de controlada | 28 | - | (66.988) | - | - |
| Resultado proveniente das operações descontinuadas de controlada | 28 | - | - | - | (66.988) |
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | (153.576) | (320.940) | (153.576) | (320.940) |
| PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO — R\$ | 27 | | | | |
| Das operações continuadas | | (3,0715) | (5,0789) | | |
| Das operações descontinuadas | | - | (1,3398) | | |
| Total | | (3,0715) | (6,4188) | | |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

| | <u>Controladora e consolidado</u> | |
|---|-----------------------------------|---------------------------|
| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | (153.576) | (320.940) |
| Outros resultados abrangentes: | | |
| - Itens que impactarão o resultado: | | |
| Variação cambial de investimentos no exterior | 25.849 | 44.032 |
| - Itens que não impactarão o resultado: | | |
| Ganho (perda) atuarial em planos de aposentadoria | 5.004 | (3.970) |
| Avaliação inicial de propriedades para investimento | 7.416 | - |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | <u>(115.307)</u> ===== | <u>(280.878)</u> ===== |
| ATRIBUÍDO A: | | |
| Participação dos acionistas controladores | | |
| Operações continuadas | (115.307) | (213.890) |
| Operações descontinuadas | - | (66.988) |
| | <u>(115.307)</u> ===== | <u>(280.878)</u> ===== |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

| | <u>Nota explicativa</u> | <u>Capital realizado</u> | <u>Reserva de capital</u> | <u>Ajustes de avaliação patrimonial</u> | <u>Ajustes acumulados de conversão</u> | <u>Prejuízos acumulados</u> | <u>Total do patrimônio líquido</u> |
|--|-----------------------------|------------------------------|-------------------------------|---|--|---------------------------------|--|
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | | 1.860.265 | 79.381 | 117.784 | (229.695) | (441.109) | 1.386.626 |
| Resultado abrangente: | | | | | | | |
| Prejuízo líquido do exercício | | - | - | - | - | (320.940) | (320.940) |
| Varição cambial de investimentos no exterior | 2.1.b | - | - | - | 122.042 | - | 122.042 |
| Perda atuarial em planos de aposentadoria | | - | - | (3.970) | - | - | (3.970) |
| Reflexo de controladas- Varição cambial de investimentos líquidos | 2.1.b | - | - | - | (78.010) | - | (78.010) |
| Total do resultado abrangente | | ----- - | ----- - | ----- (3.970) | ----- 44.032 | ----- (320.940) | ----- (280.878) |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 | | ----- 1.860.265 ===== | ----- 79.381 ===== | ----- 113.814 ===== | ----- (185.663) ===== | ----- (762.049) ===== | ----- 1.105.748 ===== |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais)

| | <u>Nota explicativa</u> | <u>Capital realizado</u> | <u>Reserva de capital</u> | <u>Ajustes de avaliação patrimonial</u> | <u>Ajustes acumulados de conversão</u> | <u>Prejuízos acumulados</u> | <u>Total do patrimônio líquido</u> |
|---|-------------------------|--------------------------|---------------------------|---|--|-----------------------------|------------------------------------|
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 | | 1.860.265 | 79.381 | 113.814 | (185.663) | (762.049) | 1.105.748 |
| Resultado abrangente: | | | | | | | |
| Prejuízo líquido do exercício | | - | - | - | - | (153.576) | (153.576) |
| Varição cambial de investimentos no exterior | 2.1.b | - | - | - | 27.820 | - | 27.820 |
| Ganho atuarial em planos de aposentadoria | | - | - | 5.004 | - | - | 5.004 |
| Reflexo de controladas- | | | | | | | |
| Avaliação inicial de propriedades para investimento | 9 | - | - | 7.416 | - | - | 7.416 |
| Varição cambial de investimentos líquidos | 2.1.b | - | - | - | (1.971) | - | (1.971) |
| Total do resultado abrangente | | - | - | 12.420 | 25.849 | (153.576) | (115.307) |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 | | 1.860.265 | 79.381 | 126.234 | (159.814) | (915.625) | 990.441 |
| | | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Prejuízo líquido do exercício | (153.576) | (320.940) | (153.576) | (320.940) |
| Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais: | | | | |
| Depreciação e amortização | - | - | 101.748 | 94.051 |
| Equivalência patrimonial | 149.180 | 247.606 | - | - |
| Equivalência patrimonial proveniente das operações descontinuadas de controlada | - | 66.988 | - | 11.298 |
| Variação do valor justo de propriedades para investimento | - | - | (23.519) | (5.327) |
| Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa | - | - | 1.996 | 2.724 |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - | (865) | 72.290 |
| Provisão para desvalorização de ativos | - | - | 493 | 42.957 |
| Resultado na alienação do ativo permanente | - | - | 3.994 | (1.568) |
| Renegociações de arrendamentos | - | - | (1.644) | (5.722) |
| Variações monetárias | - | - | 14.269 | 15.296 |
| Variações cambiais | (1.269) | - | 3.717 | 29.582 |
| Juros, encargos e comissões | 3.618 | 4.454 | 232.658 | 170.779 |
| Juros sobre arrendamentos | - | - | 13.554 | 13.898 |
| | <u>(2.047)</u> | <u>(1.892)</u> | <u>192.825</u> | <u>119.318</u> |
| Variações nas contas de ativos e passivos: | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | (66) | (1.671) | (8.855) | 105.369 |
| Duplicatas a receber | - | - | 19.628 | (31.727) |
| Estoques | - | - | (116.933) | (20.057) |
| Adiantamentos a fornecedores | - | - | (2.228) | 55.591 |
| Impostos a recuperar | 160 | 181 | 61.240 | 91.722 |
| Valores retidos | - | - | 20.787 | (7.346) |
| Fornecedores | (12) | 17 | 50.140 | 44.759 |
| Outros | 1.371 | 35 | 17.842 | 7.296 |
| | <u>(594)</u> | <u>(3.330)</u> | <u>234.446</u> | <u>364.925</u> |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais antes de juros e impostos | | | | |
| Juros pagos sobre empréstimos | (1.905) | (1.081) | (83.027) | (68.275) |
| Comissões e encargos pagos sobre empréstimos | (414) | (1.187) | (25.250) | (36.747) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | - | - | (258) | (95) |
| | <u>(2.913)</u> | <u>(5.598)</u> | <u>125.911</u> | <u>259.808</u> |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|----------|-------------|-----------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | | |
| Propriedades para investimento | - | - | (945) | (855) |
| Imobilizado | - | - | (36.527) | (68.701) |
| Intangível | - | - | - | (670) |
| Recebimento pela venda de ativo imobilizado | - | - | 10.355 | 19.411 |
| Empréstimos entre partes relacionadas | 11.221 | (11.386) | (58.553) | (37.479) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento | 11.221 | (11.386) | (85.670) | (88.294) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | | |
| Ingresso de novos empréstimos e debêntures, líquidos dos encargos antecipados | - | 43.824 | 479.505 | 483.004 |
| Liquidação de empréstimos e debêntures | (8.523) | (26.662) | (456.107) | (598.457) |
| Liquidação de arrendamentos, líquidos | - | - | (41.271) | (35.887) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | (8.523) | 17.162 | (17.873) | (151.340) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior | - | - | 8.604 | (3.316) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa | (215) | 178 | 30.972 | 16.858 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Caixa e equivalentes de caixa: | | | | |
| No início do exercício | 332 | 154 | 168.793 | 151.935 |
| No fim do exercício | 117 | 332 | 199.765 | 168.793 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa | (215) | 178 | 30.972 | 16.858 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|-------------|-------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| RECEITAS | | | | |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços | - | - | 2.080.842 | 1.872.337 |
| Provisão para perdas com créditos de clientes | - | - | (1.996) | (2.724) |
| Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangíveis | - | - | (3.994) | 1.568 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | - | - | 2.074.852 | 1.871.181 |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | | | | |
| Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos | - | - | (854.954) | (692.341) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (1.872) | (2.348) | (512.179) | (522.043) |
| Variação do valor justo de propriedades para investimento | - | - | 23.519 | 5.327 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | (1.872) | (2.348) | (1.343.614) | (1.209.057) |
| VALOR ADICIONADO BRUTO | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | (1.872) | (2.348) | 731.238 | 662.124 |
| RETENÇÕES | | | | |
| Depreciação e amortização | - | - | (101.748) | (94.051) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA | (1.872) | (2.348) | 629.490 | 568.073 |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA | | | | |
| Equivalência patrimonial | (149.180) | (247.606) | - | - |
| Equivalência patrimonial - operações descontinuadas | - | (66.988) | - | - |
| Receitas financeiras | 93 | 31 | 29.641 | 24.854 |
| Variação cambial ativa | 1.269 | - | 6.021 | 15.585 |
| Royalties | - | - | 23.350 | 18.827 |
| Outros - resultados de operações descontinuadas | - | - | - | (66.988) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | (147.818) | (314.563) | 59.012 | (7.722) |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RETER) | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | (149.690) | (316.911) | 688.502 | 560.351 |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | | |
| Remuneração do trabalho | - | - | 360.705 | 334.594 |
| Impostos, taxas e contribuições | 590 | 736 | 223.016 | 320.675 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 3.296 | 3.293 | 258.357 | 226.022 |
| Remuneração de capitais próprios | (153.576) | (320.940) | (153.576) | (320.940) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (RETIDO) | (149.690) | (316.911) | 688.502 | 560.351 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. (“Companhia”) é sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e foi constituída em 24 de novembro de 2005. Em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), empresas privadas sediadas no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas (“CTNM”), atual controladora da Companhia, e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. (“SI”), respectivamente.

Em 30 de abril de 2009, iniciou suas atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob as marcas MMartan e Casa Moyses e posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo com essas bandeiras são operadas pela AMMO VAREJO S.A., anteriormente denominada AMMO Varejo Ltda., (“AMMO”), que é uma controlada indireta da Companhia.

A Companhia conta com marcas líderes nos seus mercados, tais como MMartan, Casas Moisés, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras, em 15 de março de 2019, foi concluída operação de venda dos ativos operacionais da controlada norte-americana SGUS. A partir daquela data, a controlada SGUS passou a deter participação na Keeco, LLC, que combinou as operações das duas companhias. No 4º trimestre de 2020, a controlada SGUS disponibilizou para venda essa participação. A expectativa é de conclusão da venda no 1º semestre de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de março de 2022.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do exercício como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou

- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes à fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens

descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligada sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(l) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do exercício.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

| | Vida útil |
|-----------------------------|-------------|
| Edifícios | 40 anos |
| Instalações | 15 anos |
| Máquinas e equipamentos | 15 anos |
| UHE Porto Estrela | 35 anos |
| Móveis, utensílios e outros | 5 a 10 anos |

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual (desenvolvimento de software) e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros exercícios, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado (exceto ágio apurado em investimentos). A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(t) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os

ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes acumulados de conversão”.

(x) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(y) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c, nº 5 e nº 7), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.m e nº 10), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.p, nº 6, nº 10, nº 11 e nº 12), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.l e nº 9), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.t e nº 19), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.q e nº 18), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 23) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros (nota explicativa nº 23.d.5), retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais (notas explicativas nº 2.2.u e nº 20). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

De acordo com os Ofícios Circulares emitidos pela CVM em 2021/2022 e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, revisamos nossas estimativas contábeis relacionadas acima e mencionamos as nossas avaliações nas respectivas notas, quando aplicável. A Companhia vem operando normalmente desde meados de setembro de 2020. Em 2021 operou normalmente, exceto nos meses de março e abril, onde algumas lojas físicas tiveram restrições quanto ao atendimento presencial ao público atendendo as orientações de cada município. Até a data da divulgação destas demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes que possam impactar nas informações apresentadas, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A., da AMMO VAREJO S.A., da LAT Capital Ltd., da C7S Tecnologia Ltda. e da Companhia Textil Guaraní S.R.L., das quais possui 100% do capital social, direta e indiretamente, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); e (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); todas com participação de 100%, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior e os ajustes de avaliação patrimonial, estão destacados na demonstração das mutações do patrimônio líquido nas rubricas “Ajustes acumulados de conversão” e “Ajustes de avaliação patrimonial”, respectivamente, e são revertidas para resultado quando da baixa dos investimentos que lhes deram origem. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do dólar vigente em 31 de dezembro de 2021 e 2020, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

| | 2021 | 2020 | Variação |
|---------------------------|--------|--------|----------|
| Taxa fechamento: | | | |
| 31 de dezembro | 5,5805 | 5,1967 | 7,4% |
| Taxa média: | | | |
| 31 de dezembro (12 meses) | 5,6145 | 5,2426 | 3,3% |

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------|-------|-------------|---------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Operações compromissadas (*) | 43 | 68 | 130.576 | 122.947 |
| Cambiais no exterior | - | - | - | 62 |
| Depósitos no exterior | - | - | 60.855 | 38.956 |
| Depósitos em contas correntes | 74 | 264 | 8.334 | 6.828 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 117 | 332 | 199.765 | 168.793 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | Consolidado | |
|-------------------------------------|-------------|----------|
| | 2021 | 2020 |
| Fundos de investimentos no exterior | 18.660 | 15.792 |
| Depósito restrito (1) | 2.296 | 2.190 |
| Fundo de reserva (2) | 5.881 | - |
| | ----- | ----- |
| | 26.837 | 17.982 |
| Circulante | (19.219) | (16.311) |
| | ----- | ----- |
| Não circulante | 7.618 | 1.671 |
| | ===== | ===== |

(1) Em 31 de dezembro de 2021, a controladora possuía R\$1.737 de depósitos restritos em instituições financeiras (R\$1.671 em 31 de dezembro de 2020), e a controlada SGUS possuía R\$559, equivalente a US\$100 mil (R\$519 equivalente a US\$100 mil, em 31 de dezembro de 2020) na condição de “Compensating balance arrangement”.

(2) Valor referente ao fundo de reserva da 5ª emissão de debêntures da controlada CSA, equivalentes a 3 parcelas futuras. Vide nota explicativa nº14 às demonstrações financeiras.

5. DUPLICATAS A RECEBER

| | Consolidado | |
|--|-------------|----------|
| | 2021 | 2020 |
| Clientes no mercado interno | 390.798 | 488.445 |
| Clientes no mercado externo | 48.188 | 27.704 |
| Operadoras de cartão de crédito | 8.149 | 12.847 |
| Partes relacionadas – mercado interno | 29.884 | 4.182 |
| Partes relacionadas – mercado externo | 1.072 | 2.918 |
| | ----- | ----- |
| | 478.091 | 536.096 |
| Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa | (29.156) | (27.010) |
| | ----- | ----- |
| | 448.935 | 509.086 |
| | ===== | ===== |

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 74 dias (98 dias em 31 de dezembro de 2020). Os valores vencidos estão apresentados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------|---------|---------|
| A vencer | 409.984 | 469.033 |
| Vencidas até 30 dias | 6.095 | 9.536 |
| Vencidas de 31 a 60 dias | 2.463 | 2.399 |
| Vencidas de 61 a 90 dias | 1.814 | 440 |
| Vencidas de 91 a 180 dias | 11.837 | 2.857 |
| Vencidas acima de 180 dias | 45.898 | 51.831 |
| | ----- | ----- |
| | 478.091 | 536.096 |
| | ===== | ===== |

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

| | 2021 | 2020 |
|------------------------------|----------|----------|
| Saldo no início do exercício | (27.010) | (25.872) |
| Adições | (1.996) | (597) |
| Variação cambial | (150) | (541) |
| | ----- | ----- |
| Saldo no final do exercício | (29.156) | (27.010) |
| | ===== | ===== |

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2021, até a divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

| | Consolidado | |
|-------------------------------|-------------|---------|
| | 2021 | 2020 |
| Matérias-primas e secundários | 86.236 | 84.629 |
| Produtos em elaboração | 136.599 | 129.705 |
| Produtos acabados | 256.051 | 151.320 |
| Peças de reposição | 38.827 | 38.015 |
| | ----- | ----- |
| | 517.713 | 403.669 |
| | ===== | ===== |

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas. As controladas operacionais avaliam a realização dos estoques anualmente ou sempre que houver indicativos de prováveis perdas.

Os grupos de estoques de matérias-primas, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques. Os custos de ociosidade (inclusive as perdas em função do COVID-19), quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício e não são considerados no custo de produção.

A movimentação da provisão é como segue:

| | 2020 | (Adições) Baixas | Variação cambial | 2021 |
|-------------------------------|---------|---------------------|---------------------|---------|
| Matérias-primas e secundários | (2.251) | (618) | 314 | (2.555) |
| Produtos acabados | (23) | 8 | 2 | (13) |
| Peças de reposição | (885) | 321 | - | (564) |
| | (3.159) | (289) | 316 | (3.132) |
| | (3.159) | (289) | 316 | (3.132) |
| | 2019 | (Adições) Baixas | Variação cambial | 2020 |
| Matérias-primas e secundários | (1.667) | (795) | 211 | (2.251) |
| Produtos em elaboração | (102) | 107 | (5) | - |
| Produtos acabados | (3) | (22) | 2 | (23) |
| Peças de reposição | (1.171) | 286 | - | (885) |
| | (2.943) | (424) | 208 | (3.159) |
| | (2.943) | (424) | 208 | (3.159) |

b. Adiantamentos a fornecedores

| Ano | Consolidado | |
|----------------|-------------|----------|
| | 2021 | 2020 |
| 2021 | - | 11.575 |
| 2022 | 40.094 | 24.269 |
| 2023 | 25.201 | 17.785 |
| | 65.295 | 53.629 |
| Circulante | (40.094) | (11.575) |
| | 25.201 | 42.054 |
| Não circulante | 25.201 | 42.054 |

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

| | Consolidado | |
|--|-------------|----------|
| | 2021 | 2020 |
| Cientes com pedido de recuperação judicial (a) | 11.389 | 11.389 |
| Cientes em recuperação judicial (b) | 1.379 | 1.469 |
| Parcelamento de créditos com clientes (c) | 3.715 | 4.301 |
| Financiamento no repasse de lojas (d) | 1.006 | 3.208 |
| Venda de imóveis (e) | 10.004 | 16.165 |
| Outros | 1.088 | 914 |
| | ----- | ----- |
| | 28.581 | 37.446 |
| Circulante (*) | (12.238) | (12.275) |
| | ----- | ----- |
| Não circulante | 16.343 | 25.171 |
| | ===== | ===== |

(*) Incluída na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante.

(a) A Lojas Leader S.A. ingressou com o pedido de Recuperação Judicial (RJ) no dia 3 de março de 2020, o qual teve o processamento deferido em 6 de março de 2020. A Leader reconheceu a totalidade dos créditos com a controlada CSA. A administração da controlada CSA aguarda a homologação da RJ e acredita na recuperação da totalidade dos créditos.

(b) Pagamentos semestrais crescentes com correção de 2% a 3% a.a., com vencimento final em dezembro/2027. Em 31 de dezembro de 2020, foi efetuada provisão para perda no valor de R\$2.127.

(c) Pagamento em até 35 parcelas mensais com juros de 1,56% a 1,97% ao mês.

(d) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

(e) Pagamento em até 25 parcelas mensais com juros de 0,5% a 0,7% ao mês e atualização pelo IPCA.

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2021, até a divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADA

a) Investimentos diretos:

| Controladas | Patrimônio líquido | Participação - % | Resultado do exercício | Total do investimento | | Resultado de equivalência patrimonial (controladora) | |
|-------------|--------------------|------------------|------------------------|-----------------------|-----------|--|-----------|
| | | | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| SGUS (*) | 401.829 | 100,0 | (16.389) | 401.829 | 385.394 | (16.389) | (88.591) |
| CSA | 633.305 | 100,0 | (132.791) | 633.305 | 760.651 | (132.791) | (159.015) |
| | | | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | | | | 1.035.134 | 1.146.045 | (149.180) | (247.606) |
| | | | | ===== | ===== | ===== | ===== |

(*) O resultado do exercício de 2020 não inclui a parcela descontinuada do resultado de equivalência de R\$66.988. Vide nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras.

b) Investimentos indiretos:

Investimentos da SGUS

A controlada SGUS possui 14,27% da Keeco Holdings, LLC, que combinou suas operações com as operações vendidas da SGUS em março de 2019. A Keeco Holdings, LLC é uma empresa com portfólio de produtos e marcas líderes nos mercados de cortinas, utility bedding, e decorative bedding, além de carteira diversificada de clientes, incluindo as principais empresas do varejo tradicional e digital do mercado norte-americano. No 4º trimestre de 2020, a controlada SGUS disponibilizou para venda essa participação e, portanto, reclassificou o investimento para a rubrica "Ativos mantidos para venda". A expectativa é de conclusão da venda no 1º semestre de 2022.

O resultado de equivalência patrimonial deste investimento juntamente com a provisão para possíveis perdas na realização do ágio pago foram reclassificados para a rubrica "Resultado proveniente das operações descontinuadas de controlada" no exercício de 2020. Vide nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras.

Investimentos da CSA

| | Patri- mônio líquido | Partici- pação - % | Resul- tado do exercício | Total dos investimentos | | Resultado de equiva- lência patrimonial | |
|------------------------------------|----------------------------|--------------------------|--------------------------------|-------------------------|---------|--|----------|
| | | | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Controladas - | | | | | | | |
| Coteminas Argentina S.A. | 110.844 | 100,00 | 23.964 | 110.844 | 62.850 | 23.964 | (4.452) |
| LAT Capital Ltd. | 14.214 | 100,00 | 51 | 14.214 | 13.175 | 51 | 1.223 |
| C7S Tecnologia Ltda. (1) | - | - | - | - | 24.734 | (1.346) | (1.574) |
| AMMO VAREJO S.A. (2) | 59.966 | 100,00 | (52.106) | 87.269 | 139.375 | (52.106) | (49.605) |
| Compañía Textil Guaraní S.R.L. (3) | 4.001 | 100,00 | (2.326) | 4.001 | 4.449 | (2.326) | (2.739) |
| | | | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | | | | 216.328 | 244.583 | (31.763) | (57.147) |
| | | | | ===== | ===== | ===== | ===== |

(1) Em 21 de junho de 2021, a CSA vendeu para sua controlada AMMO a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. ("C7S") por seu valor patrimonial contábil, no valor de R\$23.388, via mútuo. A C7S passou a ser uma controlada indireta da CSA.

(2) O saldo de investimento inclui ágio da aquisição do investimento, no valor de R\$27.303, para fins de apresentação nas demonstrações da CSA Controladora, e classificados na rubrica "Intangível" no balanço consolidado da Companhia.

(3) Em 2021 a controlada CSA subscreveu e integralizou capital na controlada indireta no valor de R\$1.460.

c) Movimentação dos investimentos de controladas e coligada:

| | 2020 | Equivalência patrimonial | Variação cambial sobre investimentos no exterior (1) | Ajustes de avaliação patrimonial | 2021 | | |
|---------------------|------------------|--------------------------|--|----------------------------------|----------------------|----------------------------|------------------|
| <u>Controladas</u> | | | | | | | |
| SGUS | 385.394 | (16.389) | 27.820 | 5.004 | 401.829 | | |
| CSA | 760.651 | (132.791) | (1.971) | 7.416 | 633.305 | | |
| | <u>1.146.045</u> | <u>(149.180)</u> | <u>25.849</u> | <u>12.420</u> | <u>1.035.134</u> | | |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | | |
| | 2019 | Equivalência patrimonial | Variação cambial sobre investimentos no exterior (1) | Ajustes de avaliação patrimonial | Alocação do ágio (2) | Ativos mantidos para venda | 2020 |
| <u>Controladas</u> | | | | | | | |
| SGUS | 422.901 | (155.579) | 122.042 | (3.970) | - | - | 385.394 |
| CSA | 997.676 | (159.015) | (78.010) | - | - | - | 760.651 |
| | <u>1.420.577</u> | <u>(314.594)</u> | <u>44.032</u> | <u>(3.970)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>1.146.045</u> |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |
| <u>Coligada</u> | | | | | | | |
| Keeco Holdings, LLC | <u>137.946</u> | <u>(11.298)</u> | <u>10.488</u> | <u>-</u> | <u>(101.985)</u> | <u>(35.151)</u> | <u>-</u> |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

(1) Efeito cambial dos investimentos líquidos. Vide nota explicativa nº 23.d.3.1 às demonstrações financeiras.

(2) Ágio alocado no valor equivalente a US\$25.302 mil. Vide nota explicativa nº 12.2 às demonstrações financeiras.

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

| | Imóveis para renda São Gonçalo | | Imóveis para valorização | | Total |
|---------------------------------------|--------------------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------|----------|
| | Complexo comercial (1) | Complexo residencial (2) | Acreúna (3) | Montes Claros (4) | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 301.550 | 44.974 | - | 60.240 | 406.764 |
| Adições | 855 | - | - | - | 855 |
| Baixa (custo) | - | - | - | (11.842) | (11.842) |
| Baixa (variação do valor justo) | - | - | - | 3.942 | 3.942 |
| Variação do valor justo (*) | 3.831 | 60 | - | 1.436 | 5.327 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 306.236 | 45.034 | - | 53.776 | 405.046 |
| Transferência do imobilizado | - | - | 19.144 | - | 19.144 |
| Avaliação inicial do valor justo (**) | - | - | 11.236 | - | 11.236 |
| Adições | 945 | - | - | - | 945 |
| Variação do valor justo (*) | 17.809 | 1.916 | - | 3.794 | 23.519 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 324.990 | 46.950 | 30.380 | 57.570 | 459.890 |

(*) Valores lançados no resultado dos respectivos exercícios.

(**) Valores lançados como ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, deduzido de impostos.

As avaliações são efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em "Outros resultados abrangentes", na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do exercício quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

(1) Complexo comercial: Trata-se de um complexo comercial de 319,7 mil m², denominado Centro Comercial Seridó, onde 122,2 mil m² já foram desenvolvidos e arrendados. Em 2021, os valores de receita por arrendamento foram de R\$11.303 (R\$8.908 em 2020).

Com a destinação deste imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico diverso das operações têxteis da controlada CSA, foi transferido seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, para a rubrica de propriedades para investimentos, nos respectivos anos de desocupação.

Os valores apurados foram os seguintes:

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------|---------|---------|
| Custo residual do imóvel | 111.507 | 110.562 |
| Mais valia apurada (a) | 213.483 | 195.674 |
| Valor justo (b) | 324.990 | 306.236 |

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$72.583 (R\$66.529 em 31 de dezembro de 2020). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(2) Complexo residencial: Em 2018, a controlada CSA disponibilizou área no município de São Gonçalo do Amarante – RN contendo 520 mil m² para início de empreendimento habitacional. Os valores apurados foram os seguintes:

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------|--------|--------|
| Custo residual do imóvel | 93 | 93 |
| Mais valia apurada (a) | 46.857 | 44.941 |
| | ----- | ----- |
| Valor justo (b) | 46.950 | 45.034 |
| | ===== | ===== |

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$15.931 (R\$15.280 em 31 de dezembro 2020). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(3) Imóvel para valorização Acreúna: Em 2021, a controlada CSA desocupou e destinou este imóvel para valorização ou renda. Seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, foi transferido para a rubrica de propriedades para investimento e avaliado pelo valor justo. Os valores apurados foram os seguintes:

| | 2021 |
|--------------------------|--------|
| Custo residual do imóvel | 19.144 |
| Mais valia apurada (a) | 11.236 |
| | ----- |
| Valor justo (b) | 30.380 |
| | ===== |

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$3.820. Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2021. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(4) Imóveis para valorização Montes Claros: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada CSA e são assim compostos:

| | 2021 | 2020 |
|--|--------|--------|
| Terreno e edificações (antiga MECA) (44.402 m ²) | 31.920 | 30.304 |
| Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m ²) | 4.600 | 4.240 |
| Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (11.700 m ²) | 5.070 | 4.752 |
| Terreno região nova Prefeitura (72.491 m ²) | 15.980 | 14.480 |
| | ----- | ----- |
| Total | 57.570 | 53.776 |
| | ===== | ===== |
| | | |
| Custo residual dos imóveis | 39.860 | 39.860 |
| Mais valia apurada (a) | 17.710 | 13.916 |
| | ----- | ----- |
| Valor justo (b) | 57.570 | 53.776 |
| | ===== | ===== |

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$6.021 (R\$4.731 em 31 de dezembro 2020). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

10. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado

| | Taxa % (*) | 2021 | | 2020 | |
|-----------------------------|---------------|-----------|--------------------------|---------|---------|
| | | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido |
| Terrenos e benfeitorias | 3,2 | 56.670 | (25.778) | 30.892 | 26.356 |
| Edifícios | 2,4 | 348.239 | (170.456) | 177.783 | 187.549 |
| Instalações | 5,6 | 223.470 | (167.927) | 55.543 | 47.687 |
| Máquinas e equipamentos | 6,7 | 1.186.220 | (939.289) | 246.931 | 259.418 |
| UHE - Porto Estrela (**) | 3,8 | 39.954 | (22.330) | 17.624 | 16.772 |
| Móveis, utensílios e outros | 8,7 | 126.379 | (110.523) | 15.856 | 28.344 |
| Obras em andamento | - | 33.992 | - | 33.992 | 69.287 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | | 2.014.924 | (1.436.303) | 578.621 | 635.413 |
| | | ===== | ===== | ===== | ===== |

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(**) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

| | Terrenos e benfeitorias | Edifícios | Instala- ções | Máquinas e equipa- mentos | UHE Porto Estrela (1) | Móveis, utensílios e outros | Obras em andamento (2) | Total |
|--|----------------------------|-----------|------------------|---------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|------------------------------|----------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 25.133 | 192.423 | 48.446 | 245.869 | 18.208 | 20.411 | 67.978 | 618.468 |
| Adições | 816 | 27 | 926 | 29.440 | - | 3.343 | 34.149 | 68.701 |
| Baixas líquidas | (205) | (6) | (323) | (1.032) | - | (232) | (632) | (2.430) |
| Transferências | | | | | | | | |
| - Imobilizado | - | 982 | 4.904 | 26.991 | - | 545 | (33.422) | - |
| - Imobilizado disponível para venda | - | - | - | (3.271) | - | - | - | (3.271) |
| - Bens recebidos em comodato | - | - | - | - | - | 9.667 | - | 9.667 |
| - Bens cedidos em comodato | - | - | - | (640) | - | 640 | - | - |
| Variação cambial | 1.909 | 2.356 | 913 | 2.495 | - | 127 | 1.214 | 9.014 |
| Depreciação do exercício | (1.620) | (8.233) | (7.216) | (40.439) | (1.436) | (6.302) | - | (65.246) |
| Ajuste da provisão para perdas com ativos | 323 | - | 37 | 5 | - | 145 | - | 510 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 26.356 | 187.549 | 47.687 | 259.418 | 16.772 | 28.344 | 69.287 | 635.413 |
| Adições | 1.782 | 234 | 2.908 | 11.228 | 2.288 | 5.902 | 12.185 | 36.527 |
| Baixas líquidas | (12) | (1) | (382) | (4.563) | - | (3.228) | (662) | (8.848) |
| Transferências | | | | | | | | |
| - Imobilizado | 176 | 5.699 | 18.660 | 23.266 | - | 429 | (48.230) | - |
| - Propriedades para investimento | - | (11.083) | (6.345) | (1.538) | - | (178) | - | (19.144) |
| - Bens recebidos em comodato | - | - | - | - | - | (8.476) | - | (8.476) |
| - Imobilizado disponível para venda | 1.398 | - | (15) | (283) | - | - | - | 1.100 |
| Variação cambial | 3.123 | 3.649 | 888 | 1.916 | - | (234) | 1.412 | 10.754 |
| Depreciação do exercício | (1.931) | (8.264) | (7.858) | (42.513) | (1.436) | (6.703) | - | (68.705) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 30.892 | 177.783 | 55.543 | 246.931 | 17.624 | 15.856 | 33.992 | 578.621 |

(1) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

(2) Obras em andamento correspondem principalmente à modernização de máquinas e equipamentos.

Anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável, a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2021, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$4.793 (R\$4.793 em 31 de dezembro de 2020).

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa, inclusive com os impactos do COVID-19, a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificam os ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica.

Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de possível realização, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

| | 2020 | Adições | Baixas | Variação cambial | Transferência do imobilizado | 2021 |
|---------------------|-----------|---------|---------|------------------|------------------------------|-----------|
| Custo | 453.232 | - | (4.392) | 32.030 | 1.482 | 482.352 |
| Depreciação | (388.593) | (351) | 4.081 | (27.760) | (2.582) | (415.205) |
| Provisão para perda | (47.914) | (493) | - | (3.199) | - | (51.606) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 16.725 | (844) | (311) | 1.071 | (1.100) | 15.541 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

| | 2019 | Adições | Baixas | Variação cambial | Transferência do imobilizado | 2020 |
|---------------------|-----------|---------|----------|------------------|------------------------------|-----------|
| Custo | 396.489 | 652 | (53.829) | 97.221 | 12.699 | 453.232 |
| Depreciação | (334.561) | (486) | 40.055 | (84.173) | (9.428) | (388.593) |
| Provisão para perda | (37.507) | (1.951) | 1.264 | (9.720) | - | (47.914) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 24.421 | (1.785) | (12.510) | 3.328 | 3.271 | 16.725 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

11. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

| | Taxa (2) % a.a. | Consolidado | | | |
|--|--------------------|-------------|-----------------------|---------|---------|
| | | 2021 | | 2020 | |
| | | Custo | Amortização acumulada | Líquido | Líquido |
| Imóveis (CSA e AMMO – uso próprio) | 44,1 | 14.115 | (9.319) | 4.796 | 7.772 |
| Imóvel – fábrica (Guarani – uso próprio) | 11,7 | 11.449 | (2.668) | 8.781 | 9.419 |
| Imóveis (SGUS – uso próprio) | 8,3 | 49.537 | (12.384) | 37.153 | 38.442 |
| Imóveis – lojas (AMMO – uso próprio) | 21,7 | 109.317 | (46.974) | 62.343 | 56.091 |
| Veículos | 38,8 | 1.880 | (1.660) | 220 | 273 |
| Propriedades para investimentos (1) | | 70.416 | - | 70.416 | 92.644 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total de direito de uso | | 256.714 | (73.005) | 183.709 | 204.641 |
| Arrendamentos financeiros a receber (1) | | 114.667 | - | 114.667 | 112.889 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | | 371.381 | (73.005) | 298.376 | 317.530 |
| | | ===== | ===== | ===== | ===== |

(1) Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada SGUS.

(2) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

| | Imóveis | Imóvel – fábrica | Imóveis - SGUS | Imóveis - lojas | Veículos | Propriedades para investimento | Arrendamentos financeiros a receber | Total |
|---------------------------------|---------|---------------------|-------------------|--------------------|----------|-----------------------------------|--|----------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 10.895 | - | 32.798 | 42.836 | 566 | 71.168 | 91.719 | 249.982 |
| Variação cambial | - | 1.953 | 9.522 | - | - | 20.645 | 26.589 | 58.709 |
| Adições (1) | 8 | 8.749 | - | 33.433 | 94 | - | - | 42.284 |
| Baixas (2) | - | - | - | (3.267) | - | - | - | (3.267) |
| Amortização do exercício | (3.131) | (1.283) | (3.878) | (16.911) | (387) | - | - | (25.590) |
| Encargos | - | - | - | - | - | 9.789 | 11.680 | 21.469 |
| Subarrendamentos recebidos | - | - | - | - | - | (8.958) | (17.099) | (26.057) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 7.772 | 9.419 | 38.442 | 56.091 | 273 | 92.644 | 112.889 | 317.530 |
| Variação cambial | - | 660 | 2.711 | - | - | 6.674 | 8.137 | 18.182 |
| Adições (1) | - | - | - | 27.671 | 524 | - | - | 28.195 |
| Baixas (2) | - | - | - | (1.344) | - | (23.617) | - | (24.961) |
| Amortização do exercício | (2.976) | (1.298) | (4.000) | (20.075) | (577) | - | - | (28.926) |
| Encargos | - | - | - | - | - | 9.866 | 11.461 | 21.327 |
| Subarrendamentos recebidos | - | - | - | - | - | (15.151) | (17.820) | (32.971) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 4.796 | 8.781 | 37.153 | 62.343 | 220 | 70.416 | 114.667 | 298.376 |

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

| Ano | Arrendamentos financeiros a receber | |
|-------------------------|--|----------|
| | 2021 | 2020 |
| 2021 | - | 17.124 |
| 2022 | 18.589 | 17.310 |
| 2023 | 18.801 | 17.508 |
| 2024 em diante | 138.377 | 128.860 |
| | 175.767 | 180.802 |
| Ajuste a valor presente | (61.100) | (67.913) |
| | 114.667 | 112.889 |
| Circulante | (17.618) | (16.230) |
| | 97.049 | 96.659 |

Os valores registrados como arrendamento financeiro possui uma expectativa de cumprimento dos contratos de longo prazo com os subarrendatários e também, para alguns imóveis, uma expectativa de ocupação por

algum período de vacância que são atualizados e avaliados anualmente. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada SGUS não possuía inadimplências com os contratos vigentes de subarrendamento.

12. INTANGÍVEL

| | Consolidado | |
|-------------------------------|-------------|--------|
| | 2021 | 2020 |
| Ágio na aquisição da AMMO (1) | 27.303 | 27.303 |
| Marcas – próprias (3) | 16.267 | 16.267 |
| Marcas – licença de uso (4) | 11.482 | 9.559 |
| Propriedade intelectual (5) | 13.996 | 18.933 |
| Pontos comerciais (luvas) (6) | 25.077 | 25.077 |
| Total | 94.125 | 97.139 |

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

| | Ágio na aquisição da AMMO (1) | Ágio na aquisição da Keeco (2) | Marcas - próprias (3) | Marcas - licença de uso (4) | Propriedade intelectual (5) | Pontos comerciais (6) | Total |
|---|-------------------------------|--------------------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------|----------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 27.303 | - | 16.267 | 8.388 | 15.387 | 25.357 | 92.702 |
| Transferências (alocação do ágio) | - | 101.985 | - | - | - | - | 101.985 |
| Adições | - | - | - | - | 7.070 | 670 | 7.740 |
| Baixas | - | - | - | - | - | (2.370) | (2.370) |
| Amortização | - | - | - | (925) | (3.524) | - | (4.449) |
| Variação cambial | - | 29.518 | - | 2.096 | - | - | 31.614 |
| Ajuste da provisão para perdas com ativos (2) (6) | - | (42.936) | - | - | - | 1.420 | (41.516) |
| Reclassificação para Ativos mantidos para venda (2) | - | (88.567) | - | - | - | - | (88.567) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 27.303 | - | 16.267 | 9.559 | 18.933 | 25.077 | 97.139 |
| Amortização | - | - | - | (1.045) | (4.937) | - | (5.982) |
| Variação cambial | - | - | - | 2.968 | - | - | 2.968 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 27.303 | - | 16.267 | 11.482 | 13.996 | 25.077 | 94.125 |

(1) Ágio na aquisição da AMMO: Ágio decorrente de investimento na AMMO VAREJO S.A.

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade deste ágio, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de sua unidade que possui ágio alocado. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2021 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a. A taxa de desconto utilizada foi determinada levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa da controlada indireta AMMO, inclusive com os impactos do COVID-19, a controlada CSA não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação do ágio registrado.

(2) Ágio na aquisição da Keeco: Ágio decorrente de investimento na Keeco Holdings, LLC.

Em 15 de março de 2019, a controlada SGUS passou a deter participação na Keeco Holdings, LLC, que combinou suas operações com as operações adquiridas da SGUS naquela data.

No primeiro trimestre de 2020, o investimento na coligada Keeco foi fortemente afetado pela pandemia do COVID-19 e, dado às novas projeções de resultados recebidas pela Companhia, foi necessário fazer provisão para perda no valor de R\$42.936 ou US\$8.259.

No 4º trimestre de 2020, a controlada SGUS disponibilizou para venda o investimento na Keeco. Os valores do investimento e do ágio foram reclassificados para a rubrica "Ativos mantidos para venda" e, o resultado da provisão para perda foi classificado como operações descontinuadas.

(3) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(4) Marcas – licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca "Santista" na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(5) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos.

(6) Pontos comerciais (luvas): Os valores referentes aos pontos comerciais (luvas) estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$6.574 (R\$6.574 em 31 de dezembro de 2020), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos, e pelos fluxos de caixa das respectivas lojas.

Os itens de (3) a (6) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses itens.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| | Moeda | Taxa anual de juros - % | Vencimento | Consolidado | |
|--|-------|----------------------------|------------|-------------|-----------|
| | | | | 2021 | 2020 |
| Moeda nacional: | | | | | |
| Banco do Brasil S.A. (1) (a) | R\$ | 130,0 a 150,0 do CDI | 2023 | 339.952 | 382.011 |
| Banco do Brasil S.A. – CDC | R\$ | 9,8 a 14,4 | 2022 | 56.034 | 55.657 |
| Banco BBM S.A. – CCB | R\$ | 7,0 + CDI | 2024 | 9.760 | 24.481 |
| Banco ABC do Brasil S.A. – CCE | R\$ | 4,9 + CDI | 2024 | 28.341 | 36.320 |
| Banco Bradesco S.A. (1) (b) | R\$ | 6,0 e 6,1 + CDI | 2024 | 43.025 | 17.543 |
| BNDES (Finame) | R\$ | 3,0 a 9,5 | 2023 | 20 | 35 |
| Banco Daycoval S.A. | R\$ | 5,2 a 9,2 + CDI | 2024 | 52.247 | 47.030 |
| Banco Santander S.A. (1) (c) | R\$ | 5,6 + CDI | 2024 | 35.905 | 55.228 |
| Banco Safra S.A. - CCB | R\$ | 6,8 e 7,4 + CDI | 2024 | 77.885 | 54.054 |
| Banco Fibra S.A. – CCE | R\$ | 7,5 + CDI | 2022 | 6.709 | 20.075 |
| Banco Sofisa S.A. | R\$ | 6,8 + CDI | 2024 | 19.955 | 20.131 |
| Caixa Econômica Federal - CCB (1) (*) (d) | R\$ | 180,0 do CDI | 2023 | 10.874 | 18.971 |
| Banco Pine S.A. | R\$ | 7,8 e 8,7 + CDI | 2022 | 7.708 | 11.926 |
| Banco Industrial do Brasil S.A. | R\$ | 7,7 e 18,0 + CDI | 2022 | 15.614 | 1.255 |
| Banco ABC do Brasil S.A. – CCB | R\$ | 3,9 e 5,6 + CDI | 2024 | 34.391 | 10.003 |
| Banco BTG Pactual S.A. (1) (e) | R\$ | 12,5 e 13,9 | 2023 | 27.225 | 36.885 |
| Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (*) | R\$ | 4,4 | 2025 | 18.722 | 19.101 |
| Banco Daycoval S.A. | R\$ | 14,9 | 2026 | 2.273 | - |
| Outros | R\$ | - | 2022 | 6.519 | 7.864 |
| | | | | 793.159 | 818.570 |
| Moeda estrangeira: | | | | | |
| Banco Patagônia | \$ARG | 38,7 | 2022 | 7.986 | 1.194 |
| Banco Luso Brasileiro S.A. | US\$ | 10,5 | 2022 | 4.921 | 10.019 |
| Banco do Brasil S.A. | US\$ | 5,0 | 2022 | 41.251 | 37.859 |
| Banco Pine S.A. | US\$ | 9,5 | 2021 | - | 10.471 |
| | | | | 54.158 | 59.543 |
| Total | | | | 847.317 | 878.113 |
| Circulante | | | | (433.904) | (522.536) |
| Não circulante | | | | 413.413 | 355.577 |

(*) Inclui empréstimos mantidos pela controladora no montante de R\$29.596 (R\$38.072 em 31 de dezembro de 2020).

(1) Durante o exercício de 2021, devido ao aumento na taxa de juros Selic e ao aumento dos preços da matéria prima, a Companhia e sua controlada CSA não cumpriram certos índices financeiros relativos a esses empréstimos. A Companhia e sua controlada CSA obtiveram a dispensa do cumprimento desses índices em data posterior à data de encerramento do exercício de 2021, mantendo os vencimentos originais desses empréstimos. Conforme determina o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis apresentamos os respectivos empréstimos no passivo circulante no balanço patrimonial. Os valores reclassificados foram como segue:

| | Controladora | | |
|-----------------------|---------------------|-----------------|----------------------|
| | Vencimento original | Reclassificação | Apresentação balanço |
| Circulante | 12.973 | 2.708 | 15.681 |
| Não circulante | 16.623 | (2.708) | 13.915 |
| Total dos Empréstimos | 29.596 | - | 29.596 |

| | Consolidado | | |
|-----------------------|---------------------|-----------------|----------------------|
| | Vencimento original | Reclassificação | Apresentação balanço |
| Circulante | 433.904 | 338.376 | 772.280 |
| Não circulante | 413.413 | (338.376) | 75.037 |
| Total dos Empréstimos | 847.317 | - | 847.317 |
| | ===== | ===== | ===== |

(a) Empréstimos da controlada CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais. Em 2021, parte dos contratos foi renovada com índice financeiro de no máximo 3,5 vezes.

(b) Empréstimos da controlada CSA, com cláusula contratual de vencimento antecipado, onde a controlada CSA, comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro em suas demonstrações financeiras anuais a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 2,0 vezes. Em 2021, parte dos contratos foi renovada com índice financeiro de no máximo 3,0 vezes para 2021. Para 2022, a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir o índice financeiro de no máximo 2,5 vezes.

(c) Empréstimos da controlada CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

(d) Empréstimo da controladora, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controladora comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes, em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato; e (iii) razão entre EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

(e) Empréstimo da controlada CSA, com cláusulas de vencimento antecipado, onde a controlada CSA comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro: razão entre Dívida Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

Os termos utilizados para descrever os índices financeiros descritos nos itens (a) a (e) acima, têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança do controlador da SGPSA; e (iii) por duplicatas a receber.

Os vencimentos (originais) dos empréstimos são como segue:

| | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 e 2026 | Total |
|--|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| Moeda nacional: | | | | | |
| Banco do Brasil S.A. (*) | 66.819 | 273.133 | - | - | 339.952 |
| Banco do Brasil S.A. – CDC | 56.034 | - | - | - | 56.034 |
| Banco BBM S.A. – CCB | 3.371 | 3.333 | 3.056 | - | 9.760 |
| Banco ABC do Brasil S.A. - CCE | 12.248 | 12.070 | 4.023 | - | 28.341 |
| Banco Bradesco S.A. (*) | 5.620 | 24.937 | 12.468 | - | 43.025 |
| BNDES (Finame) | 14 | 6 | - | - | 20 |
| Banco Daycoval S.A. | 32.509 | 14.829 | 4.909 | - | 52.247 |
| Banco Santander S.A. (*) | 12.572 | 18.111 | 5.222 | - | 35.905 |
| Banco Safra S.A. – CCB | 72.647 | 2.857 | 2.381 | - | 77.885 |
| Banco Fibra S.A. – CCE | 6.709 | - | - | - | 6.709 |
| Banco Sofisa S.A. | 13.566 | 3.333 | 3.056 | - | 19.955 |
| Caixa Econômica Federal – CCB (*) | 8.166 | 2.708 | - | - | 10.874 |
| Banco Pine S.A. | 7.708 | - | - | - | 7.708 |
| Banco Industrial do Brasil S.A. | 15.614 | - | - | - | 15.614 |
| Banco ABC do Brasil S.A. – CCB | 28.907 | 3.871 | 1.613 | - | 34.391 |
| Banco BTG Pactual S.A. (*) | 25.428 | 1.797 | - | - | 27.225 |
| Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP | 4.807 | 4.771 | 4.771 | 4.373 | 18.722 |
| Banco Daycoval S.A. | 488 | 476 | 476 | 833 | 2.273 |
| Outros | 6.519 | - | - | - | 6.519 |
| | 379.746 | 366.232 | 41.975 | 5.206 | 793.159 |
| Moeda estrangeira: | | | | | |
| Banco Patagônia | 7.986 | - | - | - | 7.986 |
| Banco Luso Brasileiro S.A. | 4.921 | - | - | - | 4.921 |
| Banco do Brasil S.A. | 41.251 | - | - | - | 41.251 |
| | 54.158 | - | - | - | 54.158 |
| Total | 433.904 | 366.232 | 41.975 | 5.206 | 847.317 |

(*) Contratos com cláusulas de vencimento antecipado, os quais foram reclassificados para o passivo circulante no balanço patrimonial.

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

| | 2021 | | 2020 | |
|--------------------------------|-------------|------------|-----------|-----------|
| | Empréstimos | Debêntures | Total | Total |
| Saldo no início do exercício | 878.113 | 91.085 | 969.198 | 1.042.035 |
| Novas captações ou renovações | 321.570 | 160.000 | 481.570 | 477.608 |
| Juros provisionados | 78.097 | 16.460 | 94.557 | 68.931 |
| Amortização de principal | (361.940) | (94.167) | (456.107) | (598.457) |
| Pagamento de juros | (70.660) | (12.367) | (83.027) | (68.275) |
| Variação cambial | 1.787 | - | 1.787 | 41.960 |
| Encargos antecipados, líquidos | 350 | (2.415) | (2.065) | 5.396 |
| Saldo no final do exercício | 847.317 | 158.596 | 1.005.913 | 969.198 |

14. DEBÊNTURES

a) Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada CSA emitiu a 4ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características abaixo, as quais, em 19 de fevereiro de 2018, foram integralmente subscritas e modificadas em 14 de maio de 2020.

| <u>Características da 4ª série de Debêntures</u> | <u>Fevereiro/2018</u> | <u>Mai/2020</u> |
|--|--------------------------------|--------------------------|
| Quantidade de debêntures emitidas | 150.000 | 87.500 |
| Valor unitário das debêntures (valor em reais) | R\$1.000 | R\$1.000 |
| Amortização | 12 parcelas trimestrais iguais | 1 parcela |
| Vencimento inicial | 19/05/2018 | - |
| Vencimento final | 19/02/2021 | 19/02/2021 (*) |
| Remuneração | 100% do CDI + 2,75% a.a. | 100% do CDI + 4,75% a.a. |
| Amortização dos juros | 12 parcelas trimestrais iguais | 1 parcela em 19/02/2021 |

(*) Vencimento prorrogado para 19/08/2021. Em 5 de agosto de 2021, as debêntures foram liquidadas, com os recursos obtidos decorrentes da 5ª emissão de debêntures.

b) Em 26 de julho de 2021 a controlada CSA emitiu 160.000 debêntures não conversível em ações (5ª emissão de debêntures), com as características abaixo, a qual, em 4 de agosto de 2021, foram integralmente subscritas pela Virgo Companhia de Securitização ("Virgo"). As características das debêntures são as seguintes:

Características da 5ª emissão de debêntures

| | |
|--|---------------------|
| Quantidade de debênture emitida | 160.000 |
| Valor unitário da debênture (valor em reais) | R\$1.000,00 |
| Amortização | 120 parcelas iguais |
| Vencimento inicial | 18/08/2021 |
| Vencimento final | 17/07/2031 |
| Remuneração (3) | IPCA + 8%a.a. |
| Amortização da remuneração | Mensal |
| Garantias | (1) |
| Cláusulas de vencimento antecipado (covenants) | (2) |

A Debênture foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo coordenada pelo Banco Votorantim.

Em 4 de agosto de 2021, foi firmado com a Virgo distribuição pública com esforços restritos de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI no mercado brasileiro, nos termos da Instrução da CVM nº 414 e da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tendo como lastro as debêntures emitidas pela CSA, os quais foram totalmente subscritos.

Os recursos ingressaram na CSA na data da subscrição dos CRI. As despesas de emissão da Debênture e de emissão dos CRI, no valor de aproximadamente R\$5.887, equivalentes a 3,67% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debênture, na proporção de seu saldo devedor.

Parte dos recursos foram destinados obrigatoriamente para pagamento integral da 4ª emissão de debênture junto ao Banco Itaú BBA S.A.

(1) Garantia Real: Imóveis da CSA, referidos nos itens 1 e 2 da nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,8 vezes o saldo devedor das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 2,0 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da

garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de aluguéis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Companhia e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A Companhia na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas semestrais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes em 2021 e 2,5 vezes em 2022 e 2,25 vezes a partir de 2023; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,80 vezes. Após a conclusão da venda de investimento na SGUS, razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,65 vezes em 2022 e 2023 e 0,60 vezes a partir de 2024; e (iii) razão entre o Ativo Circulante e o Passivo circulante (excluídos os impactos da SGUS) de no mínimo 1,2 vezes.

(3) Previsão de “step down” do spread de juros de 8% a.a. para 7,5% a.a. caso verificado por dois semestres consecutivos que a razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 2,0 vezes.

Os saldos das debêntures, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, eram assim compostos:

| | Consolidado | |
|-------------------------|-------------|----------|
| | 2021 | 2020 |
| Valor original a vencer | 153.333 | 87.500 |
| Encargos antecipados | (2.548) | (132) |
| Juros provisionados | 7.811 | 3.717 |
| | ----- | ----- |
| Total das debêntures | 158.596 | 91.085 |
| Circulante | (16.548) | (91.085) |
| | ----- | ----- |
| Não circulante (a) | 142.048 | - |
| | ===== | ===== |

(a) Durante o exercício de 2021, devido ao aumento na taxa de juros Selic e ao aumento dos preços da matéria prima, a controlada CSA e a Companhia não cumpriram certos índices financeiros relativos a essas debêntures. A controlada CSA obteve a dispensa do cumprimento desses índices em data posterior à data de encerramento do exercício de 2021, mantendo os vencimentos originais dessas debêntures. Conforme determina o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresentamos as respectivas debêntures no passivo circulante no balanço patrimonial. Os valores reclassificados foram como segue:

| | Consolidado | | |
|----------------------|---------------------|-----------------|----------------------|
| | Vencimento original | Reclassificação | Apresentação balanço |
| Circulante | 16.548 | 142.048 | 158.596 |
| Não circulante | 142.048 | (142.048) | - |
| | ----- | ----- | ----- |
| Total das Debêntures | 158.596 | - | 158.596 |
| | ===== | ===== | ===== |

15. FORNECEDORES

| | Consolidado | |
|-----------------|-------------|---------|
| | 2021 | 2020 |
| Mercado interno | 227.474 | 181.301 |
| Mercado externo | 31.446 | 24.796 |
| | ----- | ----- |
| | 258.920 | 206.097 |
| | ===== | ===== |

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 85 dias (75 dias em 31 de dezembro de 2020).

16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da CSA, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
 Prazo de concessão: 35 anos
 Valor total da concessão: R\$333.310
 Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

| | 5° ao 15° ano 2002 a 2012 | 16° ao 25° ano 2013 a 2022 | 26° ao 35° ano 2023 a 2032 |
|----------------------|------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| | ----- | ----- | ----- |
| Valores históricos: | | | |
| Parcela mínima | 120 | 120 | 120 |
| Parcela adicional | - | 12.510 | 20.449 |
| | ----- | ----- | ----- |
| Parcela anual | 120 | 12.630 | 20.569 |
| Parcelas totais | 1.320 | 126.300 | 205.690 |
| Parcelas atualizadas | 10.224 | 978.230 | 1.530.109 |
| | ===== | ===== | ===== |

A controlada CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros na contratação da concessão, atualizada pelo IGP-M.

As movimentações ocorridas nos saldos da concessão, são como segue:

| | Consolidado | |
|-------------------------------------|-------------|----------|
| | 2021 | 2020 |
| Saldo inicial | 80.868 | 65.983 |
| Apropriação das parcelas da outorga | 5.755 | 4.483 |
| Pagamentos | (26.431) | (22.440) |
| Juros (7,5% a.a.) | 25.629 | 18.652 |
| Variação monetária (IGP-M) | 9.763 | 14.190 |
| | ----- | ----- |
| | 95.584 | 80.868 |
| Circulante | (41.148) | (27.658) |
| | ----- | ----- |
| Não circulante | 54.436 | 53.210 |
| | ===== | ===== |

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2021, somam R\$17.624 (R\$16.772 em 31 de dezembro de 2020) (vide nota explicativa nº10 às demonstrações financeiras) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

17. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

| | Vencimentos | Consolidado | |
|------------------|-------------|-------------|----------|
| | | 2021 | 2020 |
| Imóveis | 2024 | 5.465 | 8.471 |
| Imóvel – fábrica | 2028 | 9.529 | 9.877 |
| SGUS (*) | 2030 | 243.919 | 266.286 |
| Imóveis – lojas | 2027 | 66.592 | 60.833 |
| Veículos | 2023 | 231 | 287 |
| | | ----- | ----- |
| | | 325.736 | 345.754 |
| Circulante | | (65.356) | (64.447) |
| | | ----- | ----- |
| Não circulante | | 260.380 | 281.307 |
| | | ===== | ===== |

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos

direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento (variam entre 9% e 10% ao ano).

Os vencimentos dos arrendamentos consolidados são como segue:

| | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 a 2030 | Total |
|-------------------------|---------|---------|----------|----------------|-----------|
| Imóveis | 3.666 | 2.174 | 70 | - | 5.910 |
| Imóvel – fábrica | 1.939 | 1.940 | 1.940 | 6.950 | 12.769 |
| SGUS (*) | 40.512 | 40.838 | 41.168 | 254.129 | 376.647 |
| Imóveis – lojas | 22.527 | 21.093 | 17.886 | 17.916 | 79.422 |
| Veículos | 241 | - | - | - | 241 |
| Total bruto | 68.885 | 66.045 | 61.064 | 278.995 | 474.989 |
| Ajuste a valor presente | (3.529) | (9.242) | (13.548) | (122.934) | (149.253) |
| Total a pagar | 65.356 | 56.803 | 47.516 | 156.061 | 325.736 |

(*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis – SGUS; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos financeiros a receber. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras.

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

| | 2021 | | | | | Total | 2020 Total |
|------------------------------|---------|---------------------|----------|--------------------|----------|----------|---------------|
| | Imóveis | Imóvel – fábrica | SGUS | Imóveis – lojas | Veículos | | |
| Saldo no início do exercício | 8.471 | 9.877 | 266.286 | 60.833 | 287 | 345.754 | 274.202 |
| Adições (1) | - | - | - | 27.671 | 524 | 28.195 | 42.284 |
| Baixas (2) | - | - | (26.165) | (1.475) | - | (27.640) | (3.492) |
| Encargos | 660 | 910 | 27.553 | 6.259 | 51 | 35.433 | 35.692 |
| Pagamentos | (3.666) | (1.959) | (42.934) | (25.052) | (631) | (74.242) | (61.944) |
| Renegociações (3) | - | - | - | (1.644) | - | (1.644) | (5.722) |
| Variação cambial | - | 701 | 19.179 | - | - | 19.880 | 64.883 |
| Outros | - | - | - | - | - | - | (149) |
| Saldo no final do exercício | 5.465 | 9.529 | 243.919 | 66.592 | 231 | 325.736 | 345.754 |

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

(3) Em função da pandemia da COVID-19, a controlada indireta AMMO renegociou os aluguéis de algumas lojas junto aos arrendadores, obtendo isenção ou redução do valor do aluguel mínimo referente aos meses em que as lojas estiveram fechadas, atendendo as orientações de cada município. De acordo com a revisão do CPC 06 (R2), a controlada indireta AMMO adotou o expediente prático, e ajustou os passivos dos arrendamentos no valor das reduções obtidas.

Os efeitos no resultado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

| | 2021 | | | | | 2020 | |
|---|---------|---------------------|----------|--------------------|----------|-------------|-------------|
| | Imóveis | Imóvel – fábrica | SGUS | Imóveis – lojas | Veículos | Consolidado | Consolidado |
| Arrendamentos pagos no exercício | 3.666 | 1.959 | 42.934 | 25.052 | 631 | 74.242 | 61.944 |
| PIS e COFINS recuperado | - | - | - | (2.317) | - | (2.317) | (1.307) |
| Renegociações | - | - | - | 1.644 | - | 1.644 | 5.722 |
| Amortização de direitos de uso | (2.976) | (1.298) | (4.000) | (20.075) | (577) | (28.926) | (25.590) |
| PIS e COFINS sobre amortização | - | - | - | 1.766 | - | 1.766 | 982 |
| Encargos, líquidos | (660) | (910) | (6.226) | (6.259) | (51) | (14.106) | (14.223) |
| PIS e COFINS sobre juros | - | - | - | 551 | - | 551 | 325 |
| Baixas, líquidas | - | - | - | 131 | - | 131 | 225 |
| Subarrendamentos recebidos | - | - | (32.971) | - | - | (32.971) | (26.057) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16 | 30 | (249) | (263) | 493 | 3 | 14 | 2.021 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

18. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

| | 2021 | | | | |
|--|-------------------------|--------------------|----------|---------------|-------------|
| | SGPSA (Controladora) | CSA Consolidado | SGUS | Outros (1) | Consolidado |
| Resultado antes dos impostos | (153.576) | (133.701) | (16.344) | 149.180 | (154.441) |
| Equivalência patrimonial | 149.180 | - | - | (149.180) | - |
| Subvenção para investimentos | - | (42.451) | - | - | (42.451) |
| Diferenças permanentes de controladas no exterior | - | - | (2.531) | - | (2.531) |
| Outros | - | 871 | - | - | 871 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Base de cálculo dos impostos | (4.396) | (175.281) | (18.875) | - | (198.552) |
| Alíquota de 34% | 1.495 | 59.596 | 6.417 | - | 67.508 |
| Créditos fiscais não constituídos | (1.495) | (67.612) | (6.462) | - | (75.569) |
| Reversão de provisão de IR e CSLL diferido | - | 9.182 | - | - | 9.182 |
| Outros | - | (256) | - | - | (256) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total dos impostos sobre o lucro | - | 910 | (45) | - | 865 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |
| Operações continuadas | | | | | |
| Impostos sobre o lucro – corrente | - | (277) | (45) | - | (322) |
| Impostos sobre o lucro – diferido | - | 1.187 | - | - | 1.187 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | - | 910 | (45) | - | 865 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

(1) Inclui efeito cambial de controladas e eliminações para a consolidação.

| | 2020 | | | | |
|--|-------------------------|--------------------|----------|---------------|-------------|
| | SGPSA (Controladora) | CSA Consolidado | SGUS | Outros (2) | Consolidado |
| Resultado antes dos impostos (1) | (320.940) | (156.746) | (85.757) | 314.793 | (248.650) |
| Equivalência patrimonial | 314.594 | - | 11.298 | (314.594) | 11.298 |
| Subvenção para investimentos | - | (34.190) | - | - | (34.190) |
| Lucros no exterior | - | 1.289 | - | - | 1.289 |
| Diferenças permanentes de controladas no exterior | - | - | (4.037) | - | (4.037) |
| Outros | - | 602 | - | - | 602 |
| Base de cálculo dos impostos | (6.346) | (189.045) | (78.496) | 199 | (273.688) |
| Alíquota de 34% | 2.158 | 64.275 | 26.689 | (68) | 93.054 |
| Créditos fiscais não constituídos | (2.158) | (66.241) | (27.003) | 68 | (95.334) |
| Provisão para perdas de ativos fiscais | - | - | (69.707) | - | (69.707) |
| Crédito fiscais de controlada no exterior | - | (43) | - | - | (43) |
| Outros | - | (260) | - | - | (260) |
| Total dos impostos sobre o lucro | - | (2.269) | (70.021) | - | (72.290) |
| Operações continuadas | | | | | |
| Impostos sobre o lucro – corrente | - | (308) | (314) | - | (622) |
| Impostos sobre o lucro – diferido | - | (1.961) | (69.707) | - | (71.668) |
| | - | (2.269) | (70.021) | - | (72.290) |

(1) Inclui resultado antes dos impostos de operações descontinuadas. Vide notas explicativas nº 28 às demonstrações financeiras.

(2) Inclui efeito cambial de controladas e eliminações para a consolidação.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

| | Saldos em 2020 | Reconhecidos no: | | | Saldos em 2021 | |
|--|-------------------|------------------|-----------------------|---------------------|-------------------|-----------------|
| | | Resultado | Patrimônio Líquido | Variação cambial | | Outros |
| Ativo: | | | | | | |
| Diferenças temporárias (CSA - Argentina) (1) (a) | 388 | - | - | - | (47) | 341 |
| Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p) | 16.783 | - | - | - | - | 16.783 |
| Créditos fiscais de controlada no exterior (CSA) (1) (p) | 7.167 | (7.167) | - | - | - | - |
| Prejuízo fiscal, líquido (SGUS - EUA) (2) (a) | 16.059 | - | - | 1.186 | - | 17.245 |
| Diferenças temporárias (AMMO - Brasil) (1) (a) | 421 | - | - | - | 111 | 532 |
| Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a) | 1.905 | - | - | - | - | 1.905 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 42.723 | (7.167) | - | 1.186 | 64 | 36.806 |
| Imposto diferido passivo: | | | | | | |
| Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p) | (86.540) | (7.995) | (3.820) | - | - | (98.355) |
| Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p) | (6.103) | - | - | - | 734 | (5.369) |
| Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p) (*) | (16.349) | 16.349 | - | - | - | - |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total de impostos diferidos, líquidos | (66.269) | 1.187 | (3.820) | 1.186 | 798 | (66.918) |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |
| Total do ativo não circulante (soma de a) | 18.773 | - | - | 1.186 | 64 | 20.023 |
| Total do passivo não circulante (soma de p) | (85.042) | 1.187 | (3.820) | - | 734 | (86.941) |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

(*) O Supremo Tribunal Federal – STF, em sede de repercussão geral declarou a inconstitucionalidade dos encargos de IR e CSLL incidentes sobre os juros (SELIC) recebidos pelos contribuintes sobre restituição de tributos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía R\$129.964 em prejuízos fiscais (R\$131.172 em 31 de dezembro de 2020) e R\$129.964 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$131.173 em 31 de dezembro de 2020), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(1) Impostos diferidos da controlada CSA:

Impostos diferidos (ativo):

A controlada CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse exercício e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

| Ano | Consolidado | | |
|------------------|------------------------|-------------------|--------|
| | Diferenças temporárias | Prejuízos fiscais | Total |
| 2022 | 3.766 | (3.766) | - |
| A partir de 2023 | 13.890 | 3.766 | 17.656 |
| | ----- | ----- | ----- |
| | 17.656 | - | 17.656 |
| | ===== | ===== | ===== |

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada CSA possuía R\$1.169.015 em prejuízos fiscais (R\$1.003.472 em 31 de dezembro de 2020) e R\$1.175.351 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$1.009.600 em 31 de dezembro de 2020), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada indireta AMMO possuía R\$384.830 em prejuízos fiscais (R\$335.239 em 31 de dezembro de 2020) e R\$384.859 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$335.268 em 31 de dezembro de 2020).

Impostos diferidos (passivo) – propriedades para investimento:

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento. Vide nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras.

| | Imóveis para renda São Gonçalo | | Imóvel para renda Acreúna (9.3) | Imóveis para valorização Montes Claros (9.4) | Total |
|---|--------------------------------|----------------------------|---------------------------------|--|-----------|
| | Complexo comercial (9.1) | Complexo residencial (9.2) | | | |
| Valor justo | 324.990 | 46.950 | 30.380 | 57.570 | 459.890 |
| Total do custo residual | (111.507) | (93) | (19.144) | (39.860) | (170.604) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Mais valia apurada | 213.483 | 46.857 | 11.236 | 17.710 | 289.286 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%) | 72.583 | 15.931 | 3.820 | 6.021 | 98.355 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

(2) Impostos diferidos da controlada SGUS:

A controlada SGUS, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. Com base na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, a controlada SGUS possui saldo de impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$17.245 (R\$16.059 em 31 de dezembro de 2020). O aumento dos impostos diferidos no exercício de 2021 deve-se ao impacto da variação cambial.

Com base em premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos ativos tributários diferidos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2021, é como segue:

| Ano | Controlada SGUS |
|------|--------------------|
| 2022 | 17.245 ===== |

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2021 a 2034.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, a controlada SGUS possui saldo de R\$1.369.584 em prejuízos fiscais (R\$1.213.899 em 31 de dezembro de 2020), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c. Impostos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-------|-------------|----------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS | - | - | 15.318 | 10.931 |
| Imposto de renda e contribuição social antecipados | - | 160 | 11.612 | 11.420 |
| PIS e COFINS a recuperar (*) | - | - | 61.823 | 128.769 |
| IVA/Ingressos brutos (Argentina) | - | - | 7.903 | 4.354 |
| IPTU a compensar | - | - | 8.761 | 10.901 |
| Outros impostos a recuperar | - | - | 278 | 560 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | - | 160 | 105.695 | 166.935 |
| Circulante | - | (16) | (76.609) | (64.992) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Não circulante | - | 144 | 29.086 | 101.943 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

(*) O saldo consolidado inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS.

19. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$38.846, R\$2.618 e R\$41.622 respectivamente (R\$27.204, R\$3.683 e R\$41.058 respectivamente, em 31 de dezembro de 2020). Os principais processos tributários correspondem a autos de infrações referentes a: (i) importações de insumos sob o regime de Drawback (R\$7.559); (ii) apuração de crédito presumido FAIN (R\$5.871); (iii) glosas de créditos de COFINS (R\$7.245); (iv) estorno de

crédito de ICMS sobre energia elétrica (R\$4.547); e (v) isenção de IPI por ex-tarifário (R\$3.160). O principal processo cível corresponde a mandado de segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE cujo valor corresponde a R\$38.701 que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia. Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

| | Consolidado | |
|---------------------|-------------|--------|
| | 2021 | 2020 |
| Tributários | 113 | 110 |
| Trabalhistas | 9.076 | 9.542 |
| Cíveis e outras | 4.587 | 3.734 |
| | ----- | ----- |
| Total | 13.776 | 13.386 |
| | ===== | ===== |
| Depósitos judiciais | 8.448 | 10.691 |
| | ===== | ===== |

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

| | Tributários | Trabalhistas | Cíveis e outras | Total |
|---------------------------------|-------------|--------------|--------------------|---------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 108 | 9.472 | 3.351 | 12.931 |
| Adições | 3 | 2.448 | 531 | 2.982 |
| Baixas | (1) | (2.339) | (75) | (2.415) |
| Varição cambial | - | (39) | (73) | (112) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 110 | 9.542 | 3.734 | 13.386 |
| Adições | 5 | 1.737 | 1.301 | 3.043 |
| Baixas | (2) | (2.090) | (310) | (2.402) |
| Varição cambial | - | (113) | (138) | (251) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 113 | 9.076 | 4.587 | 13.776 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

20. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão de benefício definido em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------|---------------|
| Mudança no benefício provisionado: | | |
| Benefício provisionado no início do ano | 214.243 | 164.983 |
| Custo do serviço | 1.882 | 1.463 |
| Custo dos juros | 6.767 | 7.550 |
| (Ganho) perda actuarial | (4.288) | 10.679 |
| Pagamento de benefícios | (17.131) | (18.145) |
| Variação cambial | 15.415 | 47.713 |
| | ----- | ----- |
| Benefício provisionado no final do ano | 216.888 | 214.243 |
| Mudança nos ativos do plano: | | |
| Valor de mercado dos ativos no início do ano | 72.224 | 51.960 |
| Retorno sobre os ativos | 4.531 | 10.108 |
| Contribuições do empregador | 9.782 | 13.316 |
| Pagamento de benefícios | (17.131) | (18.145) |
| Variação cambial | 5.245 | 14.985 |
| | ----- | ----- |
| Valor de mercado dos ativos no final do ano | 74.651 | 72.224 |
| | ----- | ----- |
| Valor presente das obrigações a descoberto | 142.237 | 142.019 |
| | ===== | ===== |
| Premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios no final do ano | | |
| Taxa de desconto (a.a.) | 2,65% a 2,85% | 2,10% a 2,45% |
| Aumento futuro de salários (a.a.) | - | - |
| Premissas atuariais para determinar a despesa líquida para os exercícios findos nessas datas | | |
| Taxa de desconto e taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.) | 3,10% a 2,45% | 3,05% a 3,25% |
| Aumento futuro de salários (a.a.) | - | - |

| | 2021 | 2020 |
|--|-------|-------|
| Componentes do custo líquido do benefício: | | |
| Custo do serviço | 1.880 | 1.463 |
| Custo dos juros, líquido | 2.785 | 4.022 |
| | ----- | ----- |
| Custo líquido do benefício | 4.665 | 5.485 |
| | ===== | ===== |

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 40% em investimentos de renda variável e 60% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

| | 2021 | 2020 |
|---|--------|--------|
| Investimentos dos ativos dos planos: | | |
| Renda variável | 30.062 | 28.736 |
| Renda fixa | 43.585 | 39.862 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.004 | 3.626 |
| | ----- | ----- |
| Valor de mercado dos ativos no final do ano | 74.651 | 72.224 |
| | ===== | ===== |

A controlada SGUS espera contribuir R\$15.758 para os planos de benefício definido em 2022. Pagamentos de benefícios futuros para os próximos 10 anos são:

| | Plano de pensão de benefício definido |
|-------------|---|
| 2022 | 21.551 |
| 2023 | 16.961 |
| 2024 | 16.328 |
| 2025 | 15.740 |
| 2026 | 15.145 |
| 2027 – 2030 | 65.292 |

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

| | 2021 | 2020 |
|---|----------|----------|
| Provisão para plano de pensão | 142.237 | 142.019 |
| Outras provisões de benefícios a funcionários | 2.896 | 2.893 |
| | ----- | ----- |
| Total do plano de aposentadoria e benefícios | 145.133 | 144.912 |
| | ----- | ----- |
| Circulante (a) | (15.696) | (13.209) |
| | ----- | ----- |
| Não circulante | 129.437 | 131.703 |
| | ===== | ===== |

(a) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado por 50.000.000 de ações ordinárias com direito a voto. Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021.

b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Ajustes acumulados de conversão

São registrados como ajuste acumulado de conversão, a variação cambial dos investimentos líquidos de saldos com partes relacionadas no exterior, referente às controladas diretas e indiretas.

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Representam a participação reflexa dos ganhos e perdas não realizados em: (i) mais valia apurada após o reconhecimento inicial das propriedades para investimento a valor justo de controladas; e (ii) ganhos e perdas atuariais de planos de benefício definido de controladas.

22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

| | A receber | | A pagar | |
|---|-----------|--------|---------|-------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Controladora: | | | | |
| Coteminas S.A. | - | - | 19.654 | 7.088 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | - | - | 19.654 | 7.088 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |
| Consolidado: | | | | |
| Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas | 99.538 | 51.622 | - | - |
| Coteminas International Ltd. | 5.577 | 5.681 | 764 | - |
| Sucursal Argentina | 26 | 20 | - | - |
| Santanense Argentina | 48 | 50 | - | - |
| Companhia Tecidos Santanense | 18.212 | 12.968 | - | - |
| Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 98 | - | - | - |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 123.499 | 70.341 | 764 | - |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

| | Encargos financeiros receita (despesa) | |
|---|---|---------|
| | 2021 | 2020 |
| Controladora: | | |
| Coteminas S.A. | (1.342) | (2.218) |
| Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas | (3) | (1) |
| | ----- | ----- |
| | (1.345) | (2.219) |
| | ===== | ===== |
| Consolidado: | | |
| Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas | 13.502 | 10.368 |
| Companhia Tecidos Santanense | 1.497 | 1.779 |
| Coteminas International Ltd. | (73) | 92 |
| Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. | (19) | (3) |
| | ----- | ----- |
| | 14.907 | 12.236 |
| | ===== | ===== |

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do crédito.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pelo controlador sobre empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$5.871 estava contabilizado, sendo R\$2.936 na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante (R\$3.380 em 31 de dezembro de 2020) e R\$2.935 na rubrica “Outros” no ativo não circulante (R\$5.871 em 31 de dezembro de 2020), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. Em 2021, foi apropriado o valor de R\$3.380 como despesa financeira na rubrica “Despesas bancárias, impostos, descontos e outros” (R\$4.418 em 2020).

Em 2021, a controlada CSA forneceu produtos intermediários para a parte relacionada Companhia Tecidos Santanense, empresa ligada, no valor de R\$102.645 (R\$31.377 em 2020). O saldo a receber referente a essas transações está demonstrado na nota explicativa nº 5.

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas e a controlada indireta AMMO possuem contrato de locação do imóvel onde se situam o seu centro de distribuição e seu escritório. Em 2021, foi apropriado como despesa de aluguel, o valor de R\$4.637 (R\$3.816 em 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada indireta LAT Capital Ltd. possuía R\$20.720 (R\$15.792 em 31 de dezembro de 2020), em aplicações em fundos de investimentos e depósitos no exterior, recebidos da Coteminas International Ltd., empresa sob controle comum.

Em dezembro de 2021, a controlada CSA recebeu das partes relacionadas Companhia Tecidos Santanense e da Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas, direitos relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, no valor de R\$50.805 e R\$30.861, respectivamente. Esses direitos são objeto de ação de execução de sentença para emissão de precatórios, que serão compensadas com débitos tributários daquela controlada.

Todas as operações acima, de compra e venda de produtos e transações de mútuo são realizadas a preços e taxas de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica "Honorários da administração" e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego, quando aplicáveis.

Os saldos dos honorários da administração estão demonstrados abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|--------------|-------|-------------|--------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Conselheiros | 1.084 | 913 | 1.415 | 1.259 |
| Diretores estatutários | - | - | 3.445 | 3.146 |
| Outros diretores | - | - | 10.233 | 8.180 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 1.084 | 913 | 15.093 | 12.585 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas podem realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras e seus saldos estão descritos no quadro abaixo.

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|--------------|--------|-------------|---------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| ATIVOS FINANCEIROS-- | | | | |
| Custo amortizado: | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 117 | 332 | 199.765 | 168.793 |
| Títulos e valores mobiliários (c) | - | - | 19.219 | 16.311 |
| Duplicatas a receber | - | - | 448.935 | 509.086 |
| Valores retidos | - | - | - | 20.787 |
| Outros créditos a receber | 968 | 964 | 28.300 | 29.017 |
| Títulos e valores mobiliários (nc) | 1.737 | 1.671 | 7.618 | 1.671 |
| Valores a receber – clientes | - | - | 16.343 | 25.171 |
| Partes relacionadas | - | - | 123.499 | 70.341 |
| Depósitos judiciais | - | - | 8.448 | 10.691 |
| Outros | - | - | 55.931 | 74.335 |
| PASSIVOS FINANCEIROS-- | | | | |
| Custo amortizado: | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (c) | 15.681 | 19.387 | 772.280 | 522.536 |
| Debêntures (c) | - | - | 158.596 | 91.085 |
| Fornecedores | 10 | 22 | 258.920 | 206.097 |
| Concessões governamentais (c) | - | - | 41.148 | 27.658 |
| Outras contas a pagar | - | - | 131.571 | 50.634 |
| Empréstimos e financiamentos (nc) | 13.915 | 18.685 | 75.037 | 355.577 |
| Partes relacionadas | 19.654 | 7.088 | 764 | - |
| Concessões governamentais (nc) | - | - | 54.436 | 53.210 |
| Outras obrigações | - | - | 39.062 | 43.722 |

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao “valor justo por meio de resultado”, todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao “Custo Amortizado”. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havia operações com instrumentos derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e controladas:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

| Instrumentos financeiros | 2021 | 2020 |
|--|----------|----------|
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 62 |
| Duplicatas a receber | 21.661 | 22.038 |
| Fornecedores | (9.615) | (10.467) |
| Empréstimos e financiamentos | (46.172) | (58.349) |
| Partes relacionadas | (764) | 2.405 |
| | ----- | ----- |
| Total da exposição em Reais | (34.890) | (44.311) |
| | ===== | ===== |
| Total da exposição em milhares de dólares equivalentes | (6.252) | (8.527) |
| | ===== | ===== |

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

| Vencimento | Risco | Valor da exposição US\$ mil | Cenários | | |
|------------|---------------|--------------------------------|----------|----------|----------|
| | | | Provável | II | III |
| 2022 | Alta do Dólar | (6.252) | (1.856) | (11.041) | (20.227) |
| | | ===== | ===== | ===== | ===== |

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita. O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não havia contratos em aberto, passíveis de flutuação de preço.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR ou juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 22. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os principais valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA da Companhia e suas controladas, são como segue:

| Descrição | 2021 | | | 2020 | |
|--|-------------------------------|---------------------|----------------------|------------------------|------------------------|
| | Valor do principal R\$ mil | Juros provisionados | Encargos antecipados | Saldo contábil a pagar | Saldo contábil a pagar |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 150,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023 | 110.000 | 1.116 | (1.909) | 109.207 | 163.068 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 150,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023 | 110.000 | 1.116 | (1.909) | 109.207 | 163.068 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 294,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: março/2022 | 11.250 | 138 | - | 11.388 | 55.875 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023 | 110.000 | 967 | (817) | 110.150 | - |
| (referência à nota explicativa nº 13) | | | | 339.952 | 382.011 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: junho/2021 | - | - | - | - | 6.729 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: julho/2021 | - | - | - | - | 1.485 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 150,5% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: julho/2021 | - | - | - | - | 3.258 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2021 | - | - | - | - | 3.001 |

| Descrição | 2021 | | | 2020 | |
|---|-------------------------------|---------------------|----------------------|------------------------|------------------------|
| | Valor do principal R\$ mil | Juros provisionados | Encargos antecipados | Saldo contábil a pagar | Saldo contábil a pagar |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2024 | 9.722 | 38 | - | 9.760 | 10.008 |
| (referência à nota explicativa nº 13) | | | | 9.760 | 24.481 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024 | 10.600 | 65 | - | 10.665 | 13.670 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024 | 5.855 | 37 | - | 5.892 | 7.550 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024 | 5.855 | 37 | - | 5.892 | 7.550 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024 | 5.855 | 37 | - | 5.892 | 7.550 |
| (referência à nota explicativa nº 13) | | | | 28.341 | 36.320 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,1% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: abril/2024 | 12.341 | 330 | - | 12.671 | 17.543 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2024 | 30.000 | 354 | - | 30.354 | - |
| (referência à nota explicativa nº 13) | | | | 43.025 | 17.543 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2023 | 8.154 | 184 | - | 8.338 | 12.988 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2023 | 8.861 | 200 | - | 9.061 | 12.831 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2022 | 4.325 | 39 | - | 4.364 | 11.174 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,1% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2024 | 7.778 | 53 | - | 7.831 | 10.037 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2023 | 12.002 | 352 | - | 12.354 | - |

| Descrição | 2021 | | | 2020 | |
|---|-------------------------------|---------------------|----------------------|------------------------|------------------------|
| | Valor do principal R\$ mil | Juros provisionados | Encargos antecipados | Saldo contábil a pagar | Saldo contábil a pagar |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,2% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2023 | 10.000 | 299 | - | 10.299 | - |
| (referência à nota explicativa nº 13) | | | | 52.247 | 47.030 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,5% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: outubro/2021 | - | - | - | - | 32.012 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: dezembro/2021 | - | - | - | - | 23.216 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: abril/2024 | 12.000 | 380 | - | 12.380 | - |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2024 | 11.000 | 218 | - | 11.218 | - |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2024 | 12.000 | 307 | - | 12.307 | - |
| (referência à nota explicativa nº 13) | | | | 35.905 | 55.228 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2022 | 40.000 | 534 | - | 40.534 | 40.003 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: maio/2022 | 4.000 | 49 | - | 4.049 | 4.029 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: outubro/2024 | 8.095 | 29 | - | 8.124 | 10.022 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: janeiro/2022 | 10.000 | 16 | - | 10.016 | - |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2022 | 5.000 | 57 | - | 5.057 | - |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2022 | 5.000 | 42 | - | 5.042 | - |

| Descrição | 2021 | | | 2020 | |
|---|-------------------------------|---------------------|----------------------|------------------------|------------------------|
| | Valor do principal R\$ mil | Juros provisionados | Encargos antecipados | Saldo contábil a pagar | Saldo contábil a pagar |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: março/2022 | 5.000 | 63 | - | 5.063 | - |
| (referência à nota explicativa nº 13) | | | | 77.885 | 54.054 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: abril/2022 | 6.667 | 42 | - | 6.709 | 20.075 |
| (referência à nota explicativa nº 13) | | | | 6.709 | 20.075 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2022 | 10.000 | 129 | - | 10.129 | 10.073 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024 | 9.722 | 104 | - | 9.826 | 10.058 |
| (referência à nota explicativa nº 13) | | | | 19.955 | 20.131 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 180,0% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal – CCB Vencimento: abril/2023 | 10.833 | 41 | - | 10.874 | 18.971 |
| (referência à nota explicativa nº 13) | | | | 10.874 | 18.971 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: fevereiro/2021 | - | - | - | - | 504 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2022 | 3.200 | 18 | - | 3.218 | 6.417 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: novembro/2021 | - | - | - | - | 5.005 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,7% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: abril/2022 | 4.444 | 46 | - | 4.490 | - |
| (referência à nota explicativa nº 13) | | | | 7.708 | 11.926 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: março/2021 | - | - | - | - | 1.255 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,7% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: julho/2022 | 9.545 | 11 | - | 9.556 | - |

| Descrição | 2021 | | | 2020 | |
|---|-------------------------------|---------------------|----------------------|------------------------|------------------------|
| | Valor do principal R\$ mil | Juros provisionados | Encargos antecipados | Saldo contábil a pagar | Saldo contábil a pagar |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 18,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: janeiro/2022 | 1.000 | 31 | - | 1.031 | - |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,7% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2022 | 5.000 | 27 | - | 5.027 | - |
| (referência à nota explicativa nº 13) | | | | 15.614 | 1.255 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: maio/2024 | 9.355 | 13 | - | 9.368 | 10.003 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: junho/2022 | 25.000 | 23 | - | 25.023 | - |
| (referência à nota explicativa nº 13) | | | | 34.391 | 10.003 |
| Debêntures 4ª série -- Juros: CDI + 4,75 a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: agosto/2021 | - | - | - | - | 91.085 |
| Debêntures 5ª série -- Juros: IPCA + 8,0 a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: julho/2031 | 153.333 | 7.811 | (2.548) | 158.596 | - |
| (referência à nota explicativa nº 14) | | | | 158.596 | 91.085 |
| | 832.792 | 15.353 | (7.183) | 840.962 | 790.113 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2021, é como segue:

| Vencimento | Risco | Saldo médio | Cenários | | |
|------------|--------------|-------------|----------|--------|---------|
| | | | Provável | II | III |
| 2022 | Alta da taxa | 633.523 | 63.221 | 84.895 | 98.047 |
| 2023 | Alta da taxa | 410.530 | 65.934 | 87.621 | 103.742 |
| 2024 | Alta da taxa | 138.621 | 16.074 | 14.093 | 14.990 |
| 2025 | Alta da taxa | 98.000 | 12.059 | 10.945 | 11.624 |
| 2026 | Alta da taxa | 82.000 | 10.065 | 9.135 | 9.701 |
| 2027 | Alta da taxa | 66.000 | 8.106 | 7.357 | 7.813 |
| 2028 | Alta da taxa | 50.000 | 6.208 | 5.635 | 5.984 |
| 2029 | Alta da taxa | 34.000 | 4.181 | 3.794 | 4.030 |
| 2030 | Alta da taxa | 18.000 | 2.212 | 2.007 | 2.132 |
| 2031 | Alta da taxa | 5.333 | 379 | 344 | 365 |
| | | | ===== | ===== | ===== |

Os valores demonstrados nos cenários acima referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros, considerando-se as taxas futuras do CDI e IPCA e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI e IPCA em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e as taxas de juros futuras do IPCA foram obtidas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez-- Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

| Obrigações contratuais | Total | Prazo de liquidação previsto | | | |
|---------------------------------|-----------|------------------------------|---------------|---------------|----------------|
| | | Menos de 1 ano | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Mais de 5 anos |
| Empréstimos e financiamentos | 952.723 | 509.376 | 437.794 | 5.553 | - |
| Debêntures | 377.361 | 53.220 | 92.383 | 87.614 | 144.144 |
| Fornecedores | 764 | 764 | - | - | - |
| Arrendamentos a pagar, líquidos | 299.222 | 50.296 | 89.229 | 66.340 | 93.357 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 1.630.070 | 613.656 | 619.406 | 159.507 | 237.501 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no exercício coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

| | Consolidado | |
|--|-------------|-----------|
| | 2021 | 2020 |
| Empréstimos e financiamentos | 847.317 | 878.113 |
| Debêntures | 158.596 | 91.085 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (199.765) | (168.793) |
| Títulos e valores mobiliários | (26.837) | (17.982) |
| | ----- | ----- |
| Total da dívida líquida | 779.311 | 782.423 |
| | ----- | ----- |
| Total do patrimônio líquido | 990.441 | 1.105.748 |
| | ----- | ----- |
| Total da dívida líquida e patrimônio líquido | 1.769.752 | 1.888.171 |
| | ===== | ===== |

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: "Atacado" e "Varejo".

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e, portanto, essas operações estão sob a denominação de segmento de "Atacado", pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento "Varejo", pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

As vendas realizadas pela controlada CSA para a controlada indireta AMMO são excluídas no quadro abaixo, no segmento Atacado, para que seja demonstrado somente as vendas realizadas para terceiros e que coincidam com a gestão de cada segmento de negócio, Atacado e Varejo. A avaliação do desempenho de cada segmento, não inclui as vendas realizadas entre as companhias.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

| | 2021 (operações continuadas) | | | |
|--|------------------------------|---------|--------------------------|-----------|
| | Atacado | Varejo | (*) Outros não alocáveis | Total |
| Receita operacional líquida | 1.225,5 | 495,2 | - | 1.720,7 |
| Custo dos produtos vendidos | (879,0) | (230,8) | - | (1.109,8) |
| Lucro bruto | 346,5 | 264,4 | - | 610,9 |
| Despesas de vendas, gerais e administrativas | (254,0) | (232,5) | (19,2) | (505,7) |
| Outros | 9,9 | (4,3) | 0,4 | 6,0 |
| Resultado das operações | 102,4 | 27,6 | (18,8) | 111,2 |
| Resultado financeiro | - | - | (265,6) | (265,6) |
| Resultado antes dos impostos | 102,4 | 27,6 | (284,4) | (154,4) |
| Depreciação e amortização | 67,0 | 29,8 | 4,9 | 101,7 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

| | 2020 (operações continuadas) | | | |
|--|------------------------------|---------|--------------------------|-----------|
| | Atacado | Varejo | (*) Outros não alocáveis | Total |
| Receita operacional líquida | 1.104,0 | 431,1 | - | 1.535,1 |
| Custo dos produtos vendidos | (819,7) | (209,1) | - | (1.028,8) |
| Lucro bruto | 284,3 | 222,0 | - | 506,3 |
| Despesas de vendas, gerais e administrativas | (235,2) | (208,4) | (18,4) | (462,0) |
| Outros | 8,7 | (1,9) | (2,0) | 4,8 |
| Resultado das operações | 57,8 | 11,7 | (20,4) | 49,1 |
| Resultado financeiro | - | - | (230,8) | (230,8) |
| Resultado antes dos impostos | 57,8 | 11,7 | (251,2) | (181,7) |
| Depreciação e amortização | 63,7 | 25,7 | 4,7 | 94,1 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

(*) Inclui despesas da controladora e resultados das operações continuadas da controlada SGUS.

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos são como segue:

| | Consolidado | |
|--|-------------|---------|
| | 2021 | 2020 |
| Vendas Líquidas (em milhões de Reais): | | |
| Cama, mesa e banho | 952,1 | 827,4 |
| Produtos intermediários | 273,4 | 276,6 |
| Varejo | 495,2 | 431,1 |
| | ----- | ----- |
| | 1.720,7 | 1.535,1 |
| | ===== | ===== |
| Volumes (toneladas mil): | | |
| Cama, mesa e banho | 20,6 | 21,4 |
| Produtos intermediários | 19,6 | 24,5 |
| | ----- | ----- |
| | 40,2 | 45,9 |
| | ===== | ===== |

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos no segmento atacado em 31 de dezembro de 2021.

25. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

| | Consolidado | |
|--|-------------|-------------|
| | 2021 | 2020 |
| Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros | (1.207.095) | (994.763) |
| Benefícios a empregados | (360.705) | (334.594) |
| INSS | (43.821) | (37.417) |
| Depreciação e amortização | (101.748) | (94.051) |
| Varição dos estoques de produtos acabados e em elaboração | 97.805 | (4.364) |
| Custos com redução do volume de produção - COVID-19 | - | (25.585) |
| | ----- | ----- |
| Total por natureza | (1.615.564) | (1.490.774) |
| | ===== | ===== |

Por função:

| | Consolidado | |
|-----------------------------|-------------|-------------|
| | 2021 | 2020 |
| Custo dos produtos vendidos | (1.109.802) | (1.028.826) |
| Vendas | (368.098) | (335.448) |
| Gerais e administrativas | (122.571) | (113.915) |
| Honorários da administração | (15.093) | (12.585) |
| | ----- | ----- |
| Total por função | (1.615.564) | (1.490.774) |
| | ===== | ===== |

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

| | Consolidado | |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 |
| RECEITA OPERACIONAL: | | |
| Receitas brutas | 2.397.014 | 2.019.778 |
| Deduções das receitas | (676.291) | (484.699) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | <u>1.720.723</u> | <u>1.535.079</u> |
| | ===== | ===== |

27. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

| | 2021 | 2020 |
|---|------------------|------------------|
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS | (153.576) | (253.952) |
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS | - | (66.988) |
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | <u>(153.576)</u> | <u>(320.940)</u> |
| Número médio ponderado das ações ordinárias | 50.000.000 | 50.000.000 |
| PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$): | | |
| Das operações continuadas | (3,0715) | (5,0789) |
| Das operações descontinuadas | - | (1,3398) |
| Total | <u>(3,0715)</u> | <u>(6,4188)</u> |
| | ===== | ===== |

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

28. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Conforme informado na nota explicativa nº 8.b as demonstrações intermediárias, no 4º trimestre de 2020 a controlada SGUS disponibilizou para venda seu investimento na coligada Keeco Holdings, LLC.

Desta forma, nos termos do CPC 31 e da IFRS 5, os resultados reflexos das operações desta coligada foram apresentados como “Operações descontinuadas” nas demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como os ativos das referidas operações estão apresentados no balanço patrimonial como “Ativos mantidos para venda”. As demonstrações do resultado abrangente e dos fluxos de caixa, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentadas, para fins de comparação, considerando as operações descontinuadas.

O saldo das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

| | 2020 | Variação cambial | 2021 |
|----------------------------|---------|---------------------|---------|
| ATIVOS | | | |
| NÃO CIRCULANTE: | | | |
| Investimentos | 35.151 | 2.596 | 37.747 |
| Intangível | 88.567 | 6.541 | 95.108 |
| | ----- | ----- | ----- |
| ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA | 123.718 | 9.137 | 132.855 |
| | ===== | ===== | ===== |

A controlada SGUS não espera perdas na realização do investimento.

O resultado das operações descontinuadas destacado na demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está apresentado a seguir.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|----------|-------------|----------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| DESPESAS OPERACIONAIS: | | | | |
| Equivalência patrimonial | - | (66.988) | - | (11.298) |
| Provisão para desvalorização de ativos | - | - | - | (42.936) |
| Outras, líquidas | - | - | - | (12.754) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| RESULTADO OPERACIONAL | - | (66.988) | - | (66.988) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS | - | (66.988) | - | (66.988) |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

A demonstração dos fluxos de caixa das operações descontinuadas está apresentada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|----------|-------------|----------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais descontinuadas: | | | | |
| Resultado das operações | - | (68.988) | - | (66.988) |
| Equivalência patrimonial | - | 68.988 | - | 11.298 |
| Provisão para desvalorização de ativos | - | - | - | 42.936 |
| Outros | - | - | - | 12.754 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total do caixa gerado pelas operações descontinuadas | - | - | - | - |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

* * * * *

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o relatório dos auditores independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício de 2021, emitido nesta data.

São Paulo, 29 de março de 2022.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Pedro Garcia Bastos Neto
Diretor de Assuntos Corporativos e financeiro

Alessandra Eloy Gadelha
Diretora de Relações com Investidores

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2021, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 29 de março de 2022.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Pedro Garcia Bastos Neto
Diretor de Assuntos Corporativos e financeiro

Alessandra Eloy Gadelha
Diretora de Relações com Investidores

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57 - NIRE 3130002243-9****Companhia Aberta****PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Springs Global Participações S.A , em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, os esclarecimentos recebidos nas reuniões realizadas com representantes da administração da Companhia e com os auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes SS, o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, datado de 29 de março de 2022, opina que os referidos documentos examinados estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas a realizar-se em 29 de abril próximo.

São Paulo - SP, 29 de março de 2022.

Michael John Morrell

João Martinez Fortes Júnior

Clóvis Antonio Pereira Pinto